

História  
da  
Universidade Católica Portuguesa

**Título** História da Universidade Católica Portuguesa  
**Coordenador** Manuel Braga da Cruz  
**Coleção** Vária

© Universidade Católica Editora

**Revisão Editorial** António Brás  
**Capa** Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS  
**Conceção gráfica** Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.  
**Depósito Legal** 446533/18  
**Data** outubro 2018  
**Tiragem** xxx exemplares

**ISBN** 9789725406229

Universidade Católica Editora  
Palma de Cima 1649-023 Lisboa  
Tel. (351) 217 214 020 | Fax. (351) 217 214 029  
uce@uceditora.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt



---

HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
História da Universidade Católica Portuguesa / coord. [de] Manuel Braga da Cruz. – Lisboa : Universidade Católica Editora, 2018. – 768 p. ; 24 cm. – (Vária). – ISBN 9789725406229  
I – CRUZ, Manuel Braga da, coord. II – Col.  
CDU 378.4(469) Univ. Cat. Port. (091)

## Capítulo 16

### Faculdade de Engenharia<sup>1</sup>

Jorge Julião

#### 1. Introdução

Uma das principais missões da Universidade Católica Portuguesa (UCP) é a de gerar conhecimento inovador, mediante a investigação científica em múltiplas áreas do saber. Apesar de a matriz mais visível da UCP se posicionar no âmbito das Ciências Sociais e Humanidades, têm sido realizados esforços assinaláveis no sentido da integração das Ciências e Tecnologias. De facto, a Universidade, ciente da importância da tecnologia no desenvolvimento económico e das sociedades, tem procurado dar o seu contributo a este nível, desenvolvendo projetos inovadores, que visam uma verdadeira integração dos saberes e que consubstanciam uma orientação do desenvolvimento tecnológico em sentido humanista<sup>2</sup>.

No ano de 1984, é constituída, no Centro Regional do Porto, a Escola Superior de Biotecnologia, a qual deu início ao primeiro curso de engenharia da Universidade: a Engenharia Alimentar. Desde então, esta Escola tem desenvolvido um projeto académico direcionado, sobretudo, para as áreas científicas da Engenharia Alimentar, Engenharia do Ambiente e Engenharia Biomédica, que tem sido acompanhado por uma produção científica digna de registo. Hoje, é a única Unidade da Universidade a oferecer cursos de engenharia e a que preconizou o maior projeto de investigação.

Em 1991, é criado, no Centro Regional da Beiras (CRB), o Polo da Figueira da Foz, onde começa a ser lecionado o curso de licenciatura em Engenharia Industrial, ao qual se junta, posteriormente, o de Gestão Industrial. Esta Escola, pioneira no movimento da oferta de licenciaturas em Engenharia Industrial,

---

<sup>1</sup> Um agradecimento particular ao Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, pela partilha de documentos do seu acervo particular, ao Prof. Doutor Manuel Barata Marques, pela documentação disponibilizada, pela ajuda na elaboração do documento e, sobretudo, pelo ensinamento, e à Prof.<sup>a</sup> Doutora Cecília Calado, pelo seu contributo na parte da investigação da Faculdade. A todos, o meu obrigado.

<sup>2</sup> “No diálogo entre a fé e a ciência”, Manuel Braga da Cruz, 05.02.2010.

desenvolveu a sua atividade até 2007, altura em que é deslocalizada para a Faculdade de Engenharia em Sintra. No ano de 2000, a Universidade, no seu novo *campus* universitário em Sintra, abre a Faculdade de Engenharia, oferecendo um projeto inovador e, ao mesmo tempo, ambicioso, consubstanciado na integração da Engenharia com a Saúde.

Este capítulo, além de sintetizar os acontecimentos considerados mais relevantes da história da Faculdade de Engenharia faz, também, uma breve introdução ao Polo da Figueira da Foz e ao desenvolvimento do *campus* de Sintra, com referência ao projeto da Saúde neste *campus*.

## 2. Polo da Figueira da Foz

### Origem e Evolução

O Polo da Figueira da Foz da UCP abre, em 1991, na sequência da política de expansão vivida na altura. A proposta para a sua constituição foi apresentada, ao Conselho Superior, no início desse ano, pelo Prof. Formosinho Sanches<sup>3</sup>, com o objetivo de oferecer, nessa nova Escola, os cursos de Gestão e Administração, e Engenharia Industrial. As sinergias entre estes dois cursos, o conhecimento e a experiência na área das ciências empresariais e a própria emancipação da engenharia industrial, que começava a dar os primeiros passos em Portugal, eram bons indicadores de potencial desenvolvimento. Por outro lado, havia a promessa de terrenos e apoios à construção por parte da Câmara Municipal local<sup>4</sup>, que agilizariam a instalação da Escola nesta cidade.

No ano letivo de 1991/1992, iniciam-se os dois cursos. No entanto, a abertura na mesma cidade de uma universidade privada, com menor exigência nas admissões, onde a procura já era limitada, veio condicionar o funcionamento do curso de Gestão e Administração. A falta de alunos, motivada pela manutenção da exigência nos critérios de admissão, os elevados custos de exploração e a não concretização dos apoios locais prometidos, conduziu à reduzida sustentabilidade do Polo, e a um acumular de défice. Assim, em março de 1993, o Conselho Superior determina o encerramento do polo<sup>5</sup>. No entanto, perante novas promessas de apoio por parte das autoridades locais, o Conselho Superior, em maio de 1993, decide suspender a decisão de encerramento. Contudo,

---

<sup>3</sup> ACS, 02.06.1989.

<sup>4</sup> ACS, 30.03.1990.

<sup>5</sup> ACS, 26.03.1991.

o reduzido número de alunos no curso de Gestão e Administração, acabou por determinar, em 1994, a transferência deste curso e alunos para Lisboa e Porto<sup>6</sup>.

Em 1995, o Conselho Superior, perante novas perspetivas de apoio local, delibera a aquisição de um terreno para construir novas instalações<sup>7</sup> e a oferta de novas licenciaturas em engenharia. O objetivo era melhorar a oferta e as condições, para potenciar a angariação de mais alunos e densificar academicamente o Polo, assim como beneficiar das resultantes economias de escala. Para a construção das novas instalações, contava-se com apoios do PRODEP.

O terreno adquirido, situado numa zona privilegiada da cidade e com uma área aproximada de 20 000 m<sup>2</sup>, destinava-se à construção de um edifício com capacidade para 500 alunos, no qual se previa lecionar cinco cursos. Salienta-se que esta unidade de ensino tinha, até à data, a sua sede em instalações provisórias pertencentes ao Seminário local, onde tinham sido realizadas obras de adaptação e remodelação. A utilização destas instalações tornou-se necessária, devido à não concretização da prometida oferta de terrenos e de apoios à construção por parte da Câmara Municipal local, aquando da decisão da abertura da Universidade na Figueira da Foz.

Em 1998, o Polo da Figueira da Foz criou, em complemento ao curso de Engenharia Industrial, a licenciatura em Gestão Industrial. Este curso, inovador na altura, distinguiu-se por ser um curso de gestão com uma componente de engenharia, que conferia um perfil ímpar ao gestor, por o capacitar, particularmente, de maior raciocínio analítico e poder de análise de sistemas complexos. Nos tempos de hoje, são muitas as Escolas, nacionais e estrangeiras, que oferecem cursos com este perfil e designação.

O decréscimo de alunos no ensino superior, a menor procura de cursos de natureza tecnológica e o efeito regional, por um lado, e a falta dos prometidos apoios locais, por outro, condicionaram a construção das novas instalações e a criação de novos cursos, comprometendo, assim, a continuidade do projeto da engenharia na Figueira da Foz. Procurando inverter esta tendência, foram encetadas várias iniciativas, desde a contenção de custos e a oferta de cursos de pós-graduação, em colaboração com outras unidades de ensino, à realização de projetos de consultadoria e formação em empresas, mas que se revelaram insuficientes para garantir a sustentabilidade do Polo. Era, assim, evidente que a permanência da UCP na Figueira da Foz dependeria de apoios governamentais através, nomeadamente, de um Contrato-Programa, à semelhança do que tinha ocorrido em outras regiões (como, por exemplo, em Viseu). Vários esforços foram

---

<sup>6</sup> ACS, 03.06.1994.

<sup>7</sup> ACS, 03.02.1995.

realizados nesse sentido, desde o pedido de extensão do Contrato-Programa em vigor em Viseu, ao pedido de apoio ao Governador Civil de Coimbra, mas não tiveram o resultado desejado. Esgotadas as possibilidades que pudessem fazer face à falta de sustentabilidade financeira e perante o excessivo défice acumulado, a Universidade acaba por ser obrigada, em 2004, a determinar a suspensão de novas matrículas no Polo e a decidir alienar o terreno adquirido. Em 2007, decide-se o encerramento do Polo e os seus alunos são transferidos para outras unidades de ensino da Universidade, para a conclusão dos seus cursos.

Ao longo dos 16 anos de atividade do Polo, foram muitas as pessoas e organizações que contribuíram, direta e indiretamente, para o seu desenvolvimento, funcionamento e, em última instância, para a formação dos alunos. Os órgãos de direção superior, Reitoria e Presidência do CRB, foram os mais importantes responsáveis pelo projeto da Escola, sobretudo pela iniciativa do mesmo, orientação estratégica e suporte financeiro. Os seus Diretores, Prof. Doutor Morão Dias, Prof. Doutor Passos Morgado e Prof. Doutor Jorge Julião, implementaram as orientações da Universidade, dinamizaram o projeto académico, procuraram garantir o cumprimento dos objetivos da Escola, ao nível do ensino, investigação e ligação à sociedade, assim como asseguraram o funcionamento da unidade. Os seus Professores foram o garante dos principais objetivos da Escola, em particular aqueles que, em dedicação exclusiva, optaram por aí iniciarem as suas carreiras e que, inclusive, estenderam as suas funções para além do exigido em favor do desenvolvimento da Escola. Muitos foram, também, os Professores convidados, de outras instituições de ensino superior, e especialistas que contribuíram, com o seu saber e experiências, para a formação dos alunos.

### **Licenciatura em Engenharia Industrial**

No ano de 1990 é deliberada, pelo Conselho Superior, a abertura da licenciatura em Engenharia Industrial<sup>8</sup>. Este curso foi um dos pioneiros de um movimento de criação, na década de 90, de licenciaturas em Engenharia e Gestão Industrial em instituições de ensino superior público e privado, que procurou suprir uma lacuna há muito existente no País. No conjunto dessas instituições, incluíam-se a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, a Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Superior Técnico (IST) e o ISCTE-IUL. Em 1991, com a abertura do Polo da Figueira da Foz, extensão do CRB, tem, assim, início o primeiro ano do curso de Engenharia Industrial. Em março de 1996, é criada,

---

<sup>8</sup> ACS, 13.07.1990.

no CRB, a Escola Superior de Ciências e Tecnologia (ESCT) da UCP<sup>9</sup>, na qual este curso é integrado. Esta unidade foi dirigida por uma Comissão Instaladora, constituída por um presidente, Prof. Doutor Sebastião José Formosinho Sanches Simões, e por um vogal, Prof. Doutor António Ângelo Morão Dias, sendo este último, simultaneamente, o Coordenador do Polo da Figueira da Foz e o Diretor do curso de Engenharia Industrial. Com a criação desta Escola, chega a ser ponderada a transferência do curso de Engenharia Industrial para Viseu, a qual, todavia, não se concretizou.

Em 2006, por deliberação do Conselho Superior, a ESCT é extinta, e é criada uma estrutura departamental. Nesta nova estrutura, o curso de Engenharia Industrial passa a estar integrado no Departamento de Arquitetura, Ciências e Tecnologia. Em 2007, com o encerramento do Polo da Figueira da Foz<sup>10</sup>, o curso é transferido para a Faculdade de Engenharia no *campus* de Sintra.

### **Ensino, Investigação e Ligação à sociedade**

O Diretor do Polo, Prof. Doutor António Ângelo Morão Dias, mentor do projeto académico e dinamizador da Escola, procurou, juntamente com o corpo docente, desenvolver um projeto que correspondesse aos elevados padrões de qualidade da UCP, nos seus três eixos principais: ensino, investigação e ligação à sociedade.

Na componente de ensino, a Escola promoveu uma pedagogia de qualidade e de rigor, correspondente às expectativas dos discentes, às exigências do mercado de trabalho e aos padrões da Universidade. Apesar dos limitados recursos, a Escola consegue cumprir plenamente estes objetivos, como demonstra o relatório do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), no qual se relevam, precisamente, como dois dos seus pontos fortes, o “Processo de ensino e acompanhamento dos alunos” e a “Inserção no mercado de trabalho dos alunos da Escola”. Os resultados dos inquéritos anuais realizados junto das entidades empregadoras confirmam este parecer, enquanto a auscultação da opinião dos alunos revela o seu elevado grau de satisfação com as licenciaturas. A acreditação do curso de Engenharia Industrial pela Ordem dos Engenheiros e pela Agência de Acreditação é, também, um indicador claro da qualidade do projeto académico.

A qualidade e a vitalidade da investigação de uma instituição de ensino superior assentam numa estratégia de formação de um corpo docente próprio

---

<sup>9</sup> ACS, 29/3/96, e ereta pelo Decreto do Magno Chanceler 2/96, de 22/5/96.

<sup>10</sup> ACS, 18.05.2007.

e com qualificação científica adequada. Desde a sua abertura, a Escola defendeu uma política de criação sustentada de um quadro próprio de professores, através do incentivo à sua formação. Em consequência desta política, em 2003, dos 23 docentes da Escola, 15 encontravam-se em dedicação exclusiva à UCP, sendo a maioria doutorada e os demais em fase de conclusão de doutoramento. Este corpo docente era, ainda, caracterizado por uma elevada diversidade de especializações, adquiridas na sua maioria em instituições internacionais de renome. Os resultados dessa política estão documentados, também, no relatório da FUP, que destaca a “Política de formação dos docentes” como mais um dos seus pontos fortes. O jovem e dinâmico corpo docente do Polo foi responsável por uma significativa atividade científica, reconhecida pelos avaliadores externos. Neste âmbito, são de destacar o número e a qualidade das publicações internacionais, as participações em encontros científicos, a orientação e participação em júris de pós-graduação, o registo de uma patente, e os projetos de investigação (onde se incluem importantes instituições e empresas como por exemplo: Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire (CERN), Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Iberomoldes.

Por último, no que se refere à ligação da Escola à sociedade, destaca-se o desenvolvimento de sinergias com o tecido industrial, com particular incidência na zona geográfica onde se insere (de que são exemplos os projetos com Soporcel, ERSUC SA e Microplásticos) e com a sociedade em geral (como, por exemplo, os projetos realizados com a Câmara Municipal da Figueira da Foz e com a AIFF – Associação Industrial da Figueira da Foz).

### **Plano de Estudos**

A Engenharia Industrial pode ser entendida como uma simbiose entre a Tecnologia e a Gestão, sendo os licenciados neste domínio o elo de ligação, na estrutura industrial, entre as áreas administrativa e técnica. Assim, a atividade profissional do Engenheiro Industrial não se exerce, exclusivamente, na área da conceção e da tecnologia de fabricação dos produtos, mas também em áreas de projeto, planeamento, controlo e melhoria de sistemas produtivos, na indústria e nos serviços.

Para dar resposta a este perfil e às novas exigências de mercado, que se começavam a perspetivar, a Escola desenhou um plano de estudos abrangente, que tinha em consideração os aspetos económicos, humanos e sociais, em complemento aos aspetos científico e técnico. O plano de estudos, além de integrar trabalhos laboratoriais de apoio às aulas teóricas, contemplava um inovador

Projeto Final, com desenvolvimento em contexto empresarial, que permitia avaliar a capacidade de integração dos alunos na vida ativa.

Considerando a natureza da Universidade, o plano de estudos tinha, também, como um dos seus objetivos, a sensibilização dos alunos para os aspetos humanos, sociais e da Ética Profissional. Para o efeito, o plano de estudos contemplava uma disciplina curricular que procurava integrar, na abordagem tecnológica, algumas dimensões das humanidades, com particular ênfase na responsabilidade social e cooperativa das organizações. O plano de estudos proporcionava, ainda, uma formação nas áreas das relações laborais e técnicas de expressão pessoal, para facilitar a integração dos alunos no mercado de trabalho. Complementarmente, eram efetuadas conferências, palestras, aulas em contexto empresarial e visitas de estudo, tendo em vista um contacto dos alunos com o mundo empresarial, industrial e de investigação e, assim, contribuir para a sua orientação profissional. Estas práticas e metodologias, que atualmente são amplamente aplicadas pelas Escolas de engenharia e de gestão, são referidas por refletirem, nessa altura, o carácter inovador da Escola, consequência, em parte, da experiência internacional do seu Diretor e dos seus docentes.

### **Deslocalização para Sintra**

Não obstante a inovação do projeto académico e a qualidade de ensino e investigação, reconhecidas por entidades externas, como o Conselho de Avaliação da FUP, a Ordem dos Engenheiros e entidades empregadoras, a componente financeira foi comprometida pela escassez de alunos e pela falta de apoios locais e governamentais. A falta de sustentabilidade financeira obrigou ao encerramento do Polo e à deslocalização dos cursos e alunos.

Reconhecendo a qualidade e o prestígio da Universidade, a quase totalidade dos alunos do Polo manifestou o seu desejo de terminar os seus cursos nesta instituição. Nesse sentido, o Reitor, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, reuniu com os alunos e garantiu-lhes que a Universidade definiria um plano para assegurar a transferência dos respetivos alunos para as unidades de ensino de Lisboa e Sintra. Os alunos de gestão são, assim, transferidos para a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais (FCEE) e os de engenharia para a Faculdade de Engenharia. De modo a minimizar o impacto da deslocalização, a estes alunos foi cobrada apenas uma propina de valor igual à das universidades estatais. Foram, também, definidas condições especiais para alunos mais carenciados e trabalhadores-estudantes.

Apesar da intranquilidade gerada pelo impacto inicial da decisão de encerramento, tomada em abril de 2007, o processo de transição decorre de uma forma

tranquila e célere, como testemunha a entrevista ao presidente da Associação de Estudantes, dada, na altura, ao jornal *As Beiras*. Logo no mês de setembro, os alunos estavam a dar continuidade aos seus estudos nas respetivas unidades. Alguns destes alunos, após terminarem a licenciatura, optaram por prosseguir os seus estudos na UCP e outros, que iniciaram a sua vida profissional, voltaram à UCP para concluírem cursos de pós-graduação. Ao longo dos anos, foram vários os testemunhos de ex-alunos e entidades empregadoras, manifestando satisfação e reconhecimento pela formação ministrada.

### 3. O *campus* de Sintra

#### Nascimento do *campus* de Sintra

No início dos anos noventa, o Ministério da Educação propunha-se direccionar os centros universitários para a periferia, o que impedia a construção no *campus* de Palma de Cima e limitava o crescimento da Universidade. Neste contexto, a Reitoria, com o acordo do Conselho Superior, começou a procurar outros locais, tais como Loures, Vialonga, Margem Sul e Quinta de Barcarena. Salienta-se que esta orientação estratégica acabou por ser seguida, apenas, pela UCP e pelo IST, que também se instalou em Oeiras, no Tagus Park.

Em 1992, no segundo mandato do Reitor D. José da Cruz Policarpo, a Universidade enceta negociações com a Câmara de Oeiras e a Câmara de Sintra para a instalação de um novo *campus*. Em Oeiras, antevia-se utilizar as instalações da antiga Fábrica da Pólvora, localizada em Barcarena, e, em Sintra, usar terrenos situados em Talaíde, junto ao topo norte do Tagus Park. A hipótese de Oeiras não se concretiza, mas já as negociações com a Câmara Municipal de Sintra (CMS) resultam na celebração de um acordo, em agosto de 1993<sup>11</sup>, entre a Universidade e o Município de Sintra. Nesse acordo, a CMS compromete-se a diligenciar com vista à cedência à Universidade, gratuita e em regime de propriedade plena, de um terreno com a área de 32 hectares, no qual a Universidade se obriga a implantar um *campus* universitário. Neste acordo, é estabelecido, nomeadamente, que a Universidade se compromete, nos cinco anos subsequentes à cedência dos terrenos, a instalar uma Faculdade de Ciências Humanas e, nos dez anos posteriores, consolidar o projeto, oferecendo cursos da área tecnológica (2 a 3 licenciaturas em engenharia).

---

<sup>11</sup> Protocolo de Acordo entre o Município de Sintra e a Universidade Católica Portuguesa: 19.08.1993.

Em outubro de 1993, a Comissão incumbida de estudar as oportunidades e rumos para uma Faculdade de Engenharia elaborou um relatório, no qual se defende o reforço da oferta de formação no domínio da Engenharia<sup>12</sup>. O Conselho Superior, com base nesta proposta, e perspetivando a obtenção de fundos comunitários do PRODEP II para o financiamento das infraestruturas e construção do primeiro edifício do *campus* de Sintra, aprova, em janeiro de 1994<sup>13</sup>, o projeto de criação de uma Faculdade de Engenharia. Aprovada a candidatura do PRODEP em maio de 1995, inicia-se, então, o projeto da Faculdade.

Em maio de 1997<sup>14</sup>, é celebrado um acordo tripartido entre a CMS, a Universidade e os proprietários dos terrenos de Talaíde, nos termos do qual os proprietários doavam à Câmara terrenos com uma área aproximada de 24,6 hectares para a implantação do *campus* universitário, mediante a contrapartida do licenciamento urbanístico dos lotes adjacentes. Tendo em vista a operacionalização do processo de urbanização e a construção dos referidos terrenos, a Universidade e os proprietários dos terrenos estabelecem, mediante um acordo assinado em 1997<sup>15</sup>, as condições de adjudicação relativas ao loteamento da urbanização e ao estudo prévio das infraestruturas. Ficou estabelecido que a participação financeira de cada outorgante seria proporcional às áreas brutas de construção e que os estudos conducentes ao Plano de Urbanização a apresentar à CMS seriam da responsabilidade da Universidade.

Em novembro de 1997, no mandato do Reitor P.<sup>c</sup> Manuel Isidro Alves, procede-se à cerimónia da bênção da 1.<sup>a</sup> pedra do primeiro edifício do *campus* de Sintra, com a presença do Reitor, do Magno Chanceler, do Presidente da CMS e do Presidente da Fundação Oriente<sup>16</sup>. Segundo o Reitor, este novo *campus* era a solução para o estrangulamento do *campus* de Lisboa e constituía uma opção estratégica a longo prazo.

A construção deste edifício no *campus* evolui de forma célere, concluindo-se em janeiro de 1999. A concretização deste projeto foi resultante do contributo de múltiplas pessoas e instituições, destacando-se a CMS, pela cedência dos terrenos, o PRODEP, pelo financiamento concedido, a Fundação para a

<sup>12</sup> Proposta de Criação da Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa, 30.10.1993.

<sup>13</sup> ACS, 07.01.1994.

<sup>14</sup> Protocolo entre a Universidade Católica Portuguesa, o Município de Sintra e os Proprietários dos Terrenos de Talaíde: 08.05.1997.

<sup>15</sup> Acordo entre a Universidade Católica Portuguesa e os Proprietários dos Terrenos de Talaíde: julho de 1997.

<sup>16</sup> ACS, 07.11.1997, p. 6, e 13.03.1998, p. 2.

Cooperação e Desenvolvimento de Macau, a Fundação Oriente e o Governo de Macau, pelas participações, e as entidades Bancárias (BCP e BPI) e empresas (Jerónimo Martins, Petrogal, EDP, Vista Alegre, IPE, Schreder, Atral Cipan), pelos apoios concedidos. O financiamento da Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau, da Fundação Oriente e do Governo de Macau destinava-se, concretamente, à construção do Instituto Luso-Chinês no *campus* de Sintra<sup>17</sup>.

Com o objetivo de desenvolver o restante projeto do *campus*, assim como o de gerir a complexa estrutura, é constituída, em abril de 1999, a Comissão Instaladora do *campus* de Sintra, presidida pelo Prof. Doutor Manuel Barata Marques<sup>18</sup>. Em maio de 1999, o Conselho Superior aprova a criação da Faculdade de Engenharia, a instalar no novo edifício do *campus* de Sintra. Em julho desse mesmo ano, é constituída a Comissão Instaladora da Faculdade de Engenharia, presidida, também, pelo Prof. Doutor Manuel Barata Marques.

A inauguração do edifício da Faculdade de Engenharia, o primeiro do *campus* de Sintra, ocorre a 6 de junho de 2001. A ocasião é honrada com a presença do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, do Cardeal-Patriarca, Magno Chanceler da UCP, D. José Policarpo, do Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuela Braga da Cruz, do Presidente da Comissão Instaladora, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, do Secretário de Estado do Ensino Superior, Dr. Pedro Lourtie, e da Presidente da CMS, Dr.<sup>a</sup> Edite Estrela.

O edifício da Faculdade de Engenharia e as infraestruturas financiadas pelo PRODEP concluíram-se em 2000. No entanto, as escrituras e os registos dos terrenos cedidos à Universidade efetuaram-se bem mais tarde, em finais de 2007, após um ultimato feito à CMS em março desse ano, na sequência de uma moção aprovada pelo Conselho Superior em março de 2007<sup>19</sup>. De facto, este processo era imperativo, tanto mais que o edifício da Faculdade de Engenharia estava construído com apoios oficiais comunitários e a Universidade precisava de honrar os compromissos assumidos, como o pagamento das obras da urbanização. De igual modo, a demora na assinatura do Protocolo com os proprietários da fase 2 do projeto do *campus* colocava em causa a concretização do Protocolo com o Colégio de Santa Maria, assinado em 15 de junho de 2005, com os Padres de Schoenstatt, com a anuência da CMS.

---

<sup>17</sup> ACS, 05.11.1999, p. 2

<sup>18</sup> Despacho Reitoral NR – 55/99, homologado pelo Magno Chanceler em 29.04.1999.

<sup>19</sup> ACS, 09.03.2007.

### **Missão do *campus* de Sintra**

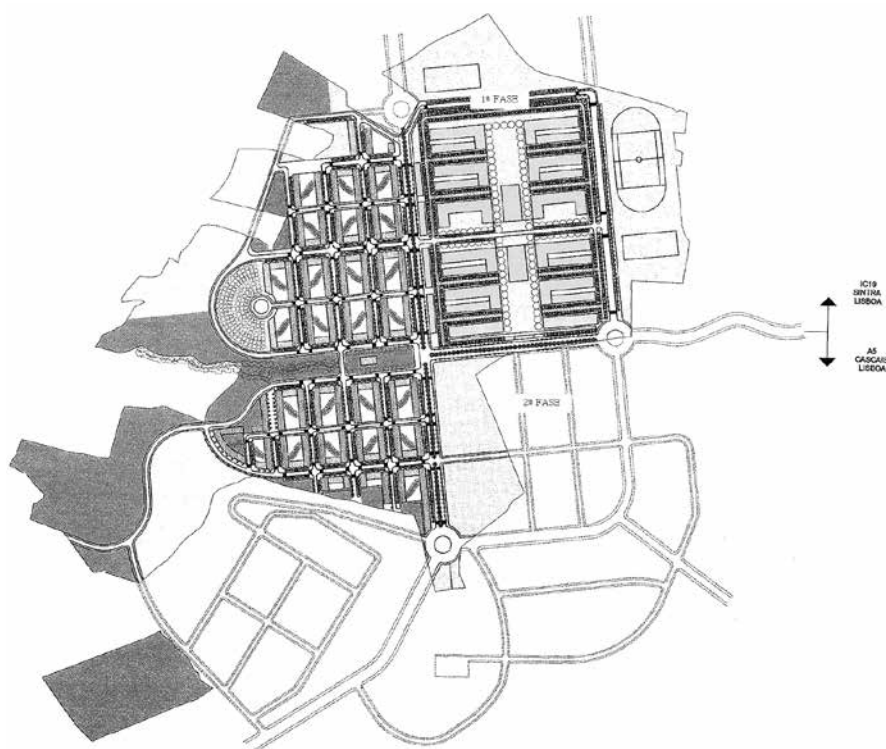
Nos finais dos anos 90, Sintra era um dos concelhos com maior densidade populacional do País (3.º maior). Nele, cerca de  $\frac{1}{4}$  da população tinha idade inferior a 15 anos e a oferta, ao nível do ensino superior, não tinha expressão. O projeto do *campus* de Sintra era, assim, perspetivado pelo município como “o telhado do complexo edifício educacional” do concelho, representando um forte polo de desenvolvimento integrado e um motor de futuras estratégias de desenvolvimento, que ajudaria a viabilizar e potenciar a atividade municipal. A Educação era, precisamente, uma das prioridades da CMS, pelo que a sua Presidente, Dr.ª Edite Estrela, se comprometeu a disponibilizar apoios humanos e materiais para concretizar o projeto.

Este projeto do novo *campus* de Sintra propunha-se, inclusive, a desenvolver um *campus* universitário interdisciplinar, em local estratégico da área metropolitana de Lisboa. Nesse mesmo espaço físico, oferecer-se-iam múltiplas áreas do saber, nas quais a Universidade intervém, como sejam as Ciências Humanas, Tecnologias e Saúde e, paralelamente, proporcionar-se-iam serviços sociais, residências e espaços de lazer e desporto. Este projeto, que tinha como objetivo último fomentar a formação académica, pode ser perspetivado sob a forma de um prisma, cujas componentes social e residencial constituíam a base do modelo e cuja componente académica correspondia ao respetivo vértice. Prevvia-se, assim, concretizar um projeto sem paralelo no quadro do ensino superior português, quer pela sua proximidade ao Parque de Ciências e Tecnologia da Região de Lisboa (Tagus Park) e à de uma futura área habitacional que se previa de grande qualidade, quer pela possibilidade de reunir o ensino, a investigação e a prestação de serviços das várias áreas do saber da Universidade e pela própria autonomia de funcionamento a alcançar.

### **Planeamento Urbanístico**

O planeamento urbanístico do *campus* universitário foi definido de uma forma integrada com o território envolvente, de acordo com o estabelecido no Projeto de Regulamento do Plano Diretor Municipal de Sintra e em estreita sintonia com os serviços técnicos da autarquia. Neste contexto, a Universidade promoveu a elaboração dos seguintes estudos: *i*) Plano de urbanização do espaço envolvente ao Parque de Ciência e Tecnologia da Região de Lisboa, *ii*) Operação de loteamento de infraestruturas do *campus* universitário e *iii*) Projeto do primeiro edifício escolar, a Faculdade de Engenharia. Estes projetos constituíam a base de suporte para a concretização imediata do *campus*.

A instalação do *campus* concretizar-se-ia em solo cedido por privados à CMS, no quadro das compensações, pelo que seria erguido no Espaço de Desenvolvimento Estratégico e Específico (EDEE), em terreno desafetado, para o efeito, do uso agrícola. Assim, a decisão prioritária era definir a área de 32 hectares para o *campus*, na plataforma que melhor acolhesse este tipo de ocupação.



Do plano de loteamento, resultou um espaço urbano formal e tecnicamente considerado como uno. Os lotes destinaram-se aos proprietários, os equipamentos públicos e os espaços verdes de cedência, previstos na lei, à Autarquia e o *campus* universitário à Universidade.

### **Primeira Fase do Projeto *campus* de Sintra**

O desenvolvimento e a utilização do *campus*, com as características e a ambição descritas, teriam necessariamente de ser graduais. No entanto, considerava-se crucial que, desde o início, obedecesse à sua vocação de *campus* integrado com espaços escolares e de investigação e desenvolvimento, residenciais e espaços de comércio e de desporto. Assim, para a 1.ª fase do projeto do *campus*

de Sintra, definiu-se que fossem construídos os seguintes edifícios: Edifício Escolar, Centro de Serviços, Piscina Coberta e Residências Universitárias. Para o Edifício Académico e Infraestruturas, a Universidade recebeu a comparticipação comunitária em sede do programa PRODEP, nos montantes de 610 962 e 227 580 contos, respetivamente. Quanto à construção do Centro de Serviços e Residências, previa-se cofinanciamento privado, atendendo a que a exploração dos mesmos cobriria os custos e remuneraria, adequadamente, o investimento. Para a construção da Piscina Coberta planeava-se, atendendo ao interesse do Município de Sintra, uma candidatura conjunta a fundos comunitários ou concurso para a concessão a terceiros.

### **Edifício da Faculdade de Engenharia**

A Faculdade de Engenharia constituiu o primeiro edifício a ser erguido no *campus*. A gestão da sua construção foi confiada, inicialmente, a uma equipa coordenada pelo Prof. Luís Valadares Tavares, que contou com a colaboração da Arq.<sup>a</sup> Helena Barros-Gomes e, posteriormente, foi delegada ao Arq. Rui Florentino, os quais tiveram a responsabilidade de desenvolver e controlar as diversas fases do projeto, desde a conceção à entrega final.

Na fase de conceção, foi aberto um concurso para a seleção da equipa projetista do edifício e formado o respetivo júri. Este integrou o Prof. Manuel Costa Lobo, o Prof. José Teixeira Trigo, o Eng. Carlos Fernandes, a Arq.<sup>a</sup> Helena Barros-Gomes, a Arq.<sup>a</sup> Luísa Trigo e o Eng. Pedro Trigo e foi presidido pelo Prof. Luís Valadares Tavares. Foram apresentadas oito propostas e o júri deliberou, por unanimidade, atribuir o 1.º lugar à equipa coordenada pelo Arq. Bartolomeu Costa Cabral.

Os condicionalismos urbanísticos estabelecidos no Plano limitavam o número máximo de pisos acima do solo (três pisos), com ocupação parcial para a localização de equipamento técnico num 4.º piso, além de um piso em cave para estacionamento, espaços técnicos, espaços de arrumo e arquivo. O edifício, com aproximadamente 10 000 m<sup>2</sup>, incluía espaços destinados a 20 salas de aula (com capacidade de 60 alunos, por sala), 10 laboratórios, um centro de documentação e dois anfiteatros. Em conformidade com o estipulado nas condições do regulamento do Plano, o edifício é projetado com duas entradas, do lado nascente e poente, respetivamente. Previa-se, também, a construção de uma ala lateral ao edifício principal, para instalar o Instituto Luso-Chinês (integrado, posteriormente, no Instituto de Estudos Orientais), que incluía um grande auditório, com capacidade para 350 pessoas, salas de seminários e serviços de apoio e de investigação. Para o financiamento deste investimento, antevia-se

utilizar verbas provenientes do Governo de Macau, da Diocese de Macau e da Fundação Oriente.

Concluído o projeto, é lançado, em agosto de 1997, o Concurso Público Internacional para a construção do edifício. As propostas, cerca de 12, provenientes de empresas de construção, foram seriadas pelo júri do concurso e a respetiva ordenação submetida a homologação da Reitoria da Universidade. A proposta vencedora foi a apresentada pela Engil – Sociedade de Construção Civil, SA, pelo que a empreitada, correspondente à 1.ª fase da obra, a concluir no prazo de 12 meses, foi-lhe adjudicada, em novembro de 1997, pelo valor de 1 033 901 contos. A fiscalização técnica foi entregue à empresa Teixeira Trigo, L.<sup>da</sup>, também responsável pelo acompanhamento da 1.ª fase de projeto. A empreitada foi concluída em tempo útil. Em 31 de janeiro de 1999, o custo final ascendia a 1 043 814 contos, incluindo o custo com os trabalhos das fundações da 2.ª fase da obra, cerca de 8199 contos.

### **Desenvolvimento do *campus* de Sintra**

Na 1.ª fase do projeto do *campus* de Sintra foi construído, apenas, o edifício escolar da Faculdade de Engenharia e realizadas obras respeitantes às infraestruturas exteriores. Apesar dos esforços desenvolvidos para construir o Centro de Serviços, a Piscina Coberta e as Residências, não se conseguiram reunir condições para o efeito. A exequibilidade do funcionamento do *campus* ficou, assim, comprometida pois este incluía, apenas, o edifício escolar construído. Numa tentativa de viabilizar o *campus*, a Universidade procurou atrair atividades de outros institutos e escolas, para além das da Faculdade de Engenharia. Neste *campus* foram, assim, instalados, também, o Instituto de Estudos Orientais, a Escola de Tecnologia e Gestão Industrial da Associação para a Escola Superior de Biotecnologia (que ministrava cursos de especialização tecnológica) e a Escola de Enfermagem. No entanto, estas iniciativas revelam-se, ainda, insuficientes para viabilizar e desenvolver o *campus*.

Apenas em 2009, surge a oportunidade de desenvolver o projeto do *campus* de Sintra, em colaboração com uma empresa de construção civil, Novopca Construtores Associados, SA. Esta empresa, que detinha uma licença para explorar residências universitárias (SPRU), foi a única a tomar a iniciativa de se dirigir à Universidade com a intenção de estabelecer um Protocolo de cooperação. A Universidade, através do Presidente da Comissão Instaladora do *campus* de Sintra, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, desenvolve negociações com esta empresa, que culminam num protocolo, proposto e aprovado pelo Conselho

Superior, em maio de 2009<sup>20</sup>, que acaba por se celebrar no mês imediatamente seguinte.

O protocolo estabelecia que, por contrapartida do direito de superfície e exploração de 4 edifícios e parques de estacionamento cobertos, por um período de 50 anos, a UCP receberia: *i*) um milhão de euros e um edifício académico com cerca de 5000 m<sup>2</sup> e *ii*) a propriedade, no fim dos 50 anos, desses edifícios, objeto do direito de superfície. Os edifícios com concessão do direito de superfície incluíam duas residências universitárias, um edifício central para serviços e atividades comerciais e um edifício para Tecnologia e Inovação. Este último destinava-se à instalação de empresas de base tecnológica que pretendessem desenvolver, em parceria com a Faculdade de Engenharia, atividades de investigação. O protocolo determinava, também, que a construção de todos os edifícios seria da responsabilidade da Novopca, bem como os gastos com a manutenção dos edifícios que exploraria.

A concretização deste protocolo era muito importante para a Universidade e para o desenvolvimento do *campus* de Sintra, uma vez que dinamizaria as atividades académica e de investigação científica, tanto nas áreas de Engenharia como nas da Saúde. A construção das duas residências, feminina e masculina, permitiria atrair alunos de zonas do País geograficamente mais afastadas, assim como alunos estrangeiros, em particular os que se deslocam no âmbito do Programa *Erasmus*. Estava previsto que as residências seriam abertas a estudantes de outras escolas, em particular do IST.

O edifício académico, destinado ao Instituto de Ciências da Saúde, permitiria desenvolver o Projeto da Saúde no *campus* e proporcionaria melhores condições para as suas atividades pedagógicas e de investigação. O edifício de inovação e tecnologia tinha como propósito a instalação de empresas, no *campus*, que pretendessem desenvolver atividades de investigação, em áreas de competência coincidentes com as da Faculdade de Engenharia, numa fase inicial, e futuramente também nas áreas da Saúde. Esta cooperação entre a Universidade e as empresas permitiria desenvolver sinergias que beneficiariam os alunos, docentes, empresas e a sociedade. Quando as empresas foram tomando conhecimento da iniciativa, muitas manifestaram o seu interesse e efetuaram pedidos de pré-reserva de espaço. Assim, antes da construção do edifício, mais de metade da sua área útil já estava reservada para essas empresas.

Em 15 de julho de 2009, tem lugar a cerimónia de bênção e lançamento da Primeira Pedra da fase 2 do *campus* de Sintra da Universidade. Esta cerimónia

---

<sup>20</sup> ACS, 22.05.2009.

foi presidida pelo Senhor D. Carlos Azevedo, Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa, e contou com a presença do Presidente da CMS.

Em maio de 2010, a Novopca informa a Universidade da dificuldade em financiar as operações protocoladas com a Universidade e sugere eliminar a verba a pagar à Universidade pelo direito de superfície de Sintra. O Reitor, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, recusa alterações ao Protocolo e dispõe-se a ajudar a NOVOPCA a encontrar financiamento para os dois projetos protocolados, Sintra e Lisboa. O Reitor, na sequência das diligências efetuadas junto de várias instituições financeiras, nacionais e internacionais, concluiu que a dificuldade na obtenção do financiamento resultava do facto de o valor do empréstimo não atingir o *plafond* mínimo exigido pelos bancos. Assim, para aproximar a proposta do suposto valor mínimo de financiamento, é apresentado novo pedido de financiamento que incluía, inclusive, o valor do empréstimo a contrair pela Universidade para construir um edifício de Cuidados Continuados. No entanto, a NOVOPCA não consegue obter o financiamento desejado e, em abril de 2011, apresenta, no Tribunal, um pedido de insolvência na sequência da crise financeira que atravessava. Consequentemente, não reunindo a NOVOPCA condições para cumprir o acordado com a Universidade, o Protocolo e o Contrato-Promessa estabelecidos para Palma de Cima e *campus* de Sintra são denunciados. A revogação foi amigável. Perante esta situação, não tendo sido possível encontrar alternativa, nem parceiro, para a construção dos edifícios planeados, é suspensa a fase 2 do desenvolvimento do projeto do *campus* de Sintra.

### **Projeto da Saúde no *campus* de Sintra**

A Universidade há muito que desejava estar presente na área da Saúde, em particular na Medicina e Enfermagem. Em 2000, o Grupo Mello faz uma consulta à Universidade para avaliar o seu interesse em estabelecer uma parceria, que tinha como objetivo a articulação de uma Escola de Saúde da Católica, a construir, com o Hospital Amadora-Sintra. No decorrer desta consulta, a Universidade constitui um Grupo de trabalho, liderado pelo Prof. Daniel Serrão, que se destinava a desenvolver um Projeto Académico de uma Faculdade que incluísse o ensino e a investigação da Medicina e da Enfermagem. Em 2001, o Projeto é apresentado ao Ministro da Saúde, Correia de Campos, que concordou com a ideia e com a parceria.

Entretanto, a concessão da gestão do Hospital Amadora-Sintra ao Grupo Mello não é renovada. A Universidade desafia, então, este grupo, a instalar no *campus* de Sintra um Hospital Universitário, por si gerido, que articularia com a nova Faculdade da Universidade para as Ciências da Saúde. O objetivo estratégico

da Universidade era, assim, criar neste *campus*, um Polo Tecnológico que articulasse a Engenharia, já instalada, com a Saúde. Era esperado que este projeto inovador conferisse à Universidade uma vantagem competitiva face às ofertas existentes.

O Anteprojeto da Faculdade de Ciências da Saúde foi apresentado, em julho de 2002, ao Conselho Superior, mas apenas em fevereiro de 2003 a versão final é enviada ao Ministro da Ciência. O Ministro reiterou o interesse do Governo no Projeto e a confiança na sua qualidade e manifestou a intenção de autorizar dois cursos de Medicina privados (um no Norte e outro no Sul) e o lançamento dos inerentes concursos públicos.

O Reitor, ciente de ainda não estarem reunidas condições para a construção de um hospital privado no *campus* de Sintra, sugeriu ao Ministro da Saúde a abertura de um concurso público para um hospital universitário público, acoplado a uma nova Faculdade de Ciências da Saúde, incluído na rede pública e em regime de Parceria Público-Privada. O Governo evidenciou interesse na proposta, mas algumas questões colocadas pelos municípios de Cascais e de Sintra e outra de natureza operacional acabaram por impedir a concretização do projeto.

Apesar das contrariedades, o Reitor, Manuel Braga da Cruz, na tomada de posse do seu segundo mandato, em outubro de 2004, reitera a intenção de a Universidade se abrir à área da saúde, “pois era no domínio das ciências da vida que se iriam travar grandes batalhas em defesa da dignidade humana”, e de retomar o projeto da saúde no *campus* de Sintra. O projeto da saúde visava agora a criação, também, de um centro inovador na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, nas áreas do tratamento de cancro, neurociência e cardiologia. Pretendia-se que o Hospital Universitário, que a Universidade se propunha construir em Sintra, em parceria com a José Mello Saúde, pudesse contratualizar com o Estado a concessão da prestação destes cuidados de saúde.

A construção do hospital é inviabilizada por falta de massa crítica de doentes. No entanto, o projeto foi muito louvado pelo Ministro da Saúde, que, mais tarde, veio a propor um contrato com um Centro da Universidade e a revelar disponibilidade para um financiamento por capitação. No seguimento desta manifestação de interesse, a Reitoria propôs ao Conselho Superior, em outubro de 2006, a criação de duas unidades de saúde familiar, no *campus* de Sintra, e é nomeada uma comissão, constituída pelo Reitor, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, Prof. Doutor Castro Caldas, Prof. Doutor Miguel Gouveia e Administradora da Universidade, para seguir o processo<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> ACS, 27.10.2006.

Em 2009, surgiu a proposta de instalar no *campus* de Sintra, um Centro de Cuidados Continuados (ao abrigo do concurso público aberto pelo Governo) e uma Unidade de Cuidados Primários de referência, mediante protocolo a assinar com a Administração Regional de Saúde e com a CMS. Este projeto era fundamental para disponibilizar um campo de experimentação aos alunos de enfermagem e de serviço social, assim como aos futuros alunos de medicina. Era, também, de grande importância para o projeto das Ciências da Saúde e para o futuro da Faculdade de Engenharia. Por outro lado, havia indicadores que revelavam grande procura por cuidados continuados, perspectivas de boa articulação com o Hospital Amadora-Sintra, e um estudo de viabilidade, realizado pela empresa Intersalus, que indicava que o projeto era viável sob o ponto de vista económico-financeiro. Em consequência, o Conselho Superior aprova, em 28 de maio de 2010, a proposta de assinatura de um contrato com o Ministério da Saúde, para a construção do Centro de Cuidados Continuados de Sintra<sup>22</sup>. O projeto desta unidade é realizado e a contratação do empréstimo para a construção autorizada pelo Conselho Superior. No entanto, em 2011, a Universidade acaba por abandonar o projeto por dificuldades de obtenção de crédito, pelo aumento dos *spreads* dos empréstimos e pelo aumento dos custos de construção<sup>23</sup>.

Além da medicina, havia o projeto da enfermagem. Com a necessidade de integração de Escolas Politécnicas nas Universidades, a UCP decide procurar e negociar a integração de Escolas de Enfermagem sob a responsabilidade de entidades relacionadas com a Igreja Católica. Em consequência, identificam-se, em Lisboa, duas instituições: a Escola de S. Francisco das Misericórdias e a Escola de S. Vicente de Paulo. A primeira protela a integração, mas instala-se no *campus* de Sintra em 2006, onde permanece até agosto de 2008, altura em que resolve sair<sup>24</sup>. Já a Escola de S. Vicente de Paulo é integrada, totalmente em 2006, na recém-constituída Escola Superior Politécnica da UCP, com a ideia de se transferir e instalar no *campus* de Sintra, onde a Universidade pretendia reunir todas as unidades de ensino e prestação de cuidados de saúde da área de Lisboa. Em setembro de 2008, a Escola de S. Vicente de Paulo transfere-se do Campo Grande para o *campus* de Sintra, instalando-se no edifício académico da Faculdade de Engenharia, até à sua deslocalização para o *campus* de Lisboa em 2012.

---

<sup>22</sup> ACS, 28.05.2010.

<sup>23</sup> ACS, 27.05.2011.

<sup>24</sup> Comunicado da Reitoria, Transferência da Escola de S. Vicente de Paulo para o *campus* de Sintra, 22.07.2008.

## Resolução do *campus* de Sintra

Como referido, a fase 2 do desenvolvimento do projeto do *campus* de Sintra não avança pelo facto de o parceiro, Novopca, não estar em condições de realizar o projeto, nem ter sido encontrada outra empresa para dar continuidade ao protocolo estabelecido. Por outro lado, a Unidade de Cuidados Continuados também não é construída, pois previa-se que as dificuldades de acesso ao crédito agravassem os custos financeiros em cerca de 1 milhão de euros. Além disso, o *campus* vai ficando mais isolado e abandonado, pois não só os particulares não avançaram com o projeto da envolvente urbanização como, também, não se antevia que concretizassem esse projeto a curto-médio prazo. Acresce o facto de as infraestruturas do *campus* se encontrarem degradadas devido à vandalização, inerente à não receção da urbanização por parte da Câmara Municipal, o que acentuava o abandono e o isolamento do *campus*. Neste contexto, a Universidade vê-se obrigada a repensar o projeto do *campus* de Sintra.

Na reunião do Conselho Superior, de 27 de maio de 2011, é discutido o futuro do *campus* de Sintra e da Faculdade de Engenharia. Pelo já exposto, e pela dificuldade das negociações com a CMS e os proprietários, a dolorosa decisão de propor abandonar o *campus* de Sintra teria de ser colocada, pese embora esta representar o fim de vários sonhos e projetos da Universidade. Abandonar o *campus* de Sintra implicava, também, procurar vender o edifício e transferir as unidades de ensino para Lisboa. Nesse sentido, o Reitor é mandatado pelo Conselho Superior, com o acordo dos proprietários e da Câmara de Sintra, para fazer com que se identifiquem compradores para o edifício. O objetivo era a entrega dos terrenos a outra instituição de Ensino Superior, que compraria o edifício da Faculdade de Engenharia. Desse modo, desenvolvem-se contactos com o grupo internacional Laureate, com o Ministro da Defesa, para avaliar a viabilidade da instalação de uma escola de informação no âmbito dos compromissos com a NATO, e com a Mercedes-Benz, para a criação de um centro de competências. Também, em 2012, na reunião com os proprietários privados de Sintra, que desejavam definir em protocolo as relações com a Universidade, para salvaguardar a posição das partes, aqueles deixavam em aberto a possibilidade de virem a adquirir o *campus* de Sintra, embora não o pudessem fazer no imediato, por falta de liquidez<sup>25</sup>. Em 2015, após um período de maior intransigência negocial, há um retomar de negociações entre a Universidade, a CMS e os

---

<sup>25</sup> ACS, 23-11-2012.

proprietários privados, num espírito de colaboração, que se repercute na elaboração de novos protocolos destinados à resolução do *campus* de Sintra<sup>26</sup>.

#### 4. Instalação da Faculdade de Engenharia

##### Estudos Preparatórios

Entre maio e outubro de 1993, a Universidade, no reitorado do P.<sup>e</sup> Manuel Isidro Araújo Alves, dando seguimento aos seus princípios enformadores vigentes, promoveu encontros e debates sobre a oportunidade e possíveis rumos para uma Faculdade de Engenharia, a erigir no novo *campus* de Sintra. Para o efeito, foi constituído um grupo de trabalho, coordenado pelo Prof. Luís Valadares Tavares, que contou com as colaborações e os pareceres de um conjunto numeroso de professores e especialistas de Lisboa, Porto e Coimbra (Jorge Costa André, Luís Aires de Barros, José Nogueira Rodrigues Branco, António Morão Dias, José Abecassis Empis, Ricardo Bayão Horta, Luís Guimarães Lobato, Manuel Barata Marques, Augusto Medina, Jorge Coelho de Oliveira, Manuel de Oliveira Pulquério, Sebastião Formosinho Sanches e José Teixeira Trigo). Deste exercício resulta, em 30 de outubro de 1993, um relatório com uma proposta para a criação de uma Faculdade de Engenharia da UCP, no qual se defende o reforço da oferta de formação no domínio da Engenharia. Na base da sua argumentação, é salientado o aumento das necessidades de formação em Engenharia num horizonte temporal de 30 anos, em termos quantitativos e em termos de valências profissionais, cuja oferta, nessa altura, não seria capaz de satisfazer. Por sua vez, também a previsão da existência de fundos comunitários para o financiamento do desenvolvimento do ensino superior, nomeadamente verbas destinadas à realização de infraestrutura, contribuiu para a formulação da proposta.

Segundo este relatório, a oferta no domínio da Engenharia devia obedecer aos seguintes princípios fundamentais:

- contribuir para a formação de quadros muito qualificados e inspirados pelos valores cristãos e pela doutrina da Igreja;
- oferecer perfis de formação adaptados às novas exigências profissionais;
- regionalizar a oferta da formação, sempre que possível, e contribuir para a sua viabilidade através de uma estratégia de coordenação centralizada que permita reduzir a duplicação de custos e de esforços;

---

<sup>26</sup> ACS, 30.10.2015.

- apresentar propostas de formação inovadoras, ultrapassando limitações de outros projetos existentes;
- facilitar a cooperação com instituições de prestígio existentes, quer no País quer no estrangeiro.

O relatório sustenta, ainda, que a oferta deveria iniciar-se pelas licenciaturas em Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil.

Em janeiro 1994<sup>27</sup>, tendo em vista a candidatura a fundos comunitários, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (PRODEP II), o projeto de criação de uma Faculdade de Engenharia no *campus* de Sintra é apresentado ao Conselho Superior pelo Prof. Luís Valadares Tavares. Este Conselho, apesar de expressar algumas insuficiências, aprova o desenvolvimento do projeto. Aprovada a candidatura apresentada ao PRODEP, em maio de 1995, inicia-se o projeto da Faculdade. Logo após a conclusão do projeto, em novembro de 1997, inicia-se a construção do edifício, que é ultimada em janeiro de 1999.

Em maio de 1999, o Conselho Superior aprovou a criação da Faculdade de Engenharia<sup>28</sup>, com base em dois argumentos principais. O primeiro, o estudo preparatório, que já havia sido apresentado a este Conselho, e que defendia que “era necessário e urgente formar quadros nas áreas da Engenharia, desenvolvendo especialidades a que as instituições de ensino estatais pareciam não poder dar resposta, havendo assim exigências do mercado não satisfeitas pela oferta vigente”. O segundo, a aprovação pelo Conselho Superior, há alguns anos, do alargamento da ação da Universidade à área da Engenharia, aliado ao facto de agora se dispor do espaço necessário para iniciar novas atividades. Importa referir que esta orientação estratégica já havia dado lugar à criação da Escola Superior de Biotecnologia no Centro Regional do Porto, ao Polo da Figueira da Foz (onde era oferecido o curso de Engenharia Industrial) e à Escola Superior de Ciências e Tecnologia no CRB. Outro efeito, positivo, foi a aprovação da candidatura ao PRODEP<sup>29</sup>, que cobria cerca de metade dos custos de edificação e da infraestrutura necessárias à instalação da Faculdade<sup>30</sup>. Assim, “tendo em conta os modernos desafios da nossa sociedade e com base na sua experiência de ensino, designadamente na área das tecnologias, a Universidade

---

<sup>27</sup> ACS, 07.01.1994

<sup>28</sup> ACS, 14.05.1999, p. 2. O decreto do Magno Chanceler de criação da Faculdade de Engenharia tem data de 09.06.1999.

<sup>29</sup> PRODEP – Medida 4 – Projeto 4.1/L/216.03/94 – Criação de Infraestruturas para o Polo de Sintra.

<sup>30</sup> Relatório do Reitor, 1997-1998, p. 16.

entendeu que deveria reforçar a sua oferta de formação no domínio da Engenharia”<sup>31</sup> e dar início à criação da Faculdade de Engenharia.

Para conduzir o projeto da Engenharia da Universidade, que havia sido iniciado pelo Prof. Luís Valadares Tavares, é convidado o Prof. Doutor Manuel Barata Marques, Professor Catedrático do IST, que estava a terminar a comissão de serviço como Presidente do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI), vindo a ser empossado como presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Engenharia e como presidente da Comissão Instaladora do *campus* de Sintra.

À data de posse da Comissão Instaladora estava apenas construído o corpo principal do edifício da Faculdade de Engenharia, parcialmente equipado, e eram inexistentes as infraestruturas do *campus* necessárias ao seu funcionamento. As tarefas prioritárias cometidas à Comissão Instaladora do *campus* de Sintra consistiram, pois, na conclusão da construção do edifício, na instalação de equipamento e na realização das obras de infraestruturas, de modo a serem criadas as condições mínimas de funcionamento da Faculdade de Engenharia, para receber os primeiros alunos em outubro de 2000. Por outro lado, havia necessidade de gerir o processo complexo de desenvolvimento do novo *campus* que envolvia novas construções.

## **Projeto Académico**

### **1. Princípios Orientadores**

A Universidade, apesar de mais direcionada para o ensino das ciências da cultura e do espírito, não descurou as áreas tecnológicas. Uma das missões do *campus* de Sintra era a procura de um maior equilíbrio entre as humanidades e as tecnologias e um aproximar entre a fé, a cultura e a ciência. Além disso, desde os seus primórdios, a Universidade tem procurado ser inovadora e empreendedora, quer na criação de cursos quer incutindo novas perspetivas à oferta existente. Esta característica esteve presente, também, na definição do *campus* de Sintra, procurando-se, então, criar um espaço universitário que reunisse, no mesmo local, múltiplas áreas do saber, desde a Engenharia às Humanidades e à Saúde. A Faculdade de Engenharia, primeira deste *campus*, refletia a vontade de articular o necessário ensino das Tecnologias com o tradicional ensino das Humanidades<sup>32</sup>. Deste modo, a Faculdade de Engenharia tinha como missão

---

<sup>31</sup> Manuel Isidro Araújo Alves, 1999, Projeto da Faculdade de Engenharia.

<sup>32</sup> Discurso do Reitor na inauguração da Faculdade de Engenharia, 06.06.2001.

definir um projeto acadêmico alinhado com os princípios orientadores da Universidade e com as diretrizes para o *campus*, que considerasse a sua capacidade científica e pedagógica e que atendesse às conclusões do estudo preparatório. A sua incumbência era desenvolver um projeto inovador do ensino e da investigação da Engenharia, que promovesse inovação no conhecimento.

As primeiras reflexões formais sobre o Projeto Acadêmico da Faculdade de Engenharia ocorreram na reunião do Conselho Superior de 10 de dezembro de 1999. Nesta reunião, discutiram-se as propostas apresentadas pelo Presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Engenharia, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, que visavam fundamentalmente definir uma oferta inovadora e alinhada com a estratégia da Universidade e com o mercado. Em consequência destas reflexões e discussões, é apresentada, pelo Prof. Doutor Manuel Barata Marques, ao Conselho Superior, na sua reunião de 4 de março de 2000, a proposta do Projeto Acadêmico que viria a ser aprovada.

O Projeto Acadêmico teve como base os princípios orientadores da Universidade, os princípios fundamentais de ensino da Engenharia, sugeridos no relatório dos estudos preparatórios, assim como as orientações fundamentais para o desenvolvimento de um projeto inovador do ensino da Engenharia, também recomendadas nesse relatório. Da reflexão sobre estas diretrizes, são estabelecidas as linhas orientadoras que se deveriam pautar os cursos de Engenharia. Assim, é definido que o ensino a ministrar deveria fornecer<sup>33</sup>.

- a necessária formação científica de base;
- a informação social e económica apropriada;
- os conhecimentos tecnológicos avançados essenciais;
- a cultura de empresa e das relações laborais importantes para as atividades profissionais que se desenvolvem no espaço das organizações;
- a prática tecnológica necessária (designadamente, na fábrica ou no estaleiro).

Na proposta do projeto acadêmico é, igualmente, reconhecida a importância da interdisciplinaridade e de um estágio profissional, recomendando-se a sua inclusão no plano de estudos dos cursos de Engenharia. No que concerne à interação ensino, investigação e prestação de serviços, esta proposta estabelece, ainda, que as atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico da Faculdade de Engenharia devem contribuir para:

- obter resultados inovadores nos domínios científicos e tecnológicos;

---

<sup>33</sup> Projeto Acadêmico da Faculdade de Engenharia, 10.03.2000.

- valorizar a atividade dos docentes e melhorar a qualidade do seu ensino;
- aproximar a Universidade do meio exterior, colhendo ensinamentos, experiências e potenciando as bases de conhecimento disponíveis;
- contribuir para a viabilidade financeira do projeto.

## **2. Atividades de Ensino e Investigação**

Uma vez estabelecidas, e aceites, as linhas orientadoras do projeto académico, definiram-se as principais atividades de ensino e investigação. Ao nível do ensino, o projeto académico da Faculdade fundamentou-se na necessidade de “formar engenheiros com uma preparação que lhes permita uma intervenção adequada à evolução da economia e da sociedade, em áreas tecnológicas em que a oferta de formação superior ou não é suficiente, ou não produz o perfil de engenheiro que, de futuro, venha a ser requerido”<sup>34</sup>. Para o efeito, foi estabelecido que a Faculdade deveria ministrar um ensino nos seguintes níveis: licenciatura, mestrado, pós-graduação e formação contínua. Ao nível da investigação, o projeto académico definia que as atividades de investigação deveriam ser promovidas de forma a contribuírem, simultaneamente, para o conhecimento científico e para a condução de um ensino atualizado e inovador. Nesse sentido, o projeto académico defendia criar primeiro os cursos a lecionar e as áreas científicas que lhes dão suporte, que alicerçavam as atividades a desenvolver na Faculdade. Por outro lado, os respetivos planos de estudos deveriam ser concebidos de modo a acompanhar, e antecipar, os requisitos resultantes da rápida evolução tecnológica e das profundas alterações sociais e económicas. O racional assenta no facto de se entender que a Universidade tem de desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento das capacidades de aprendizagem e de adaptação às novas realidades e às transformações dos diversos sectores de atividade.

## **3. Planos de Estudo**

Os planos de estudo das licenciaturas foram, assim, estabelecidos de modo a privilegiarem uma sólida preparação científica, complementada por disciplinas tecnológicas que caracterizam o perfil dos cursos, e das áreas das Ciências Sociais e Jurídicas, da Economia e da Gestão. Na conceção dos planos de estudo dos cursos de licenciatura, foi considerado que “as funções a desempenhar pelo engenheiro exigem-lhe, para além dos conhecimentos inerentes à sua profissão, autonomia e capacidade de participar em equipas multidisciplinares, criatividade, capacidade de aprender e atualizar continuamente os seus conhecimentos, compreensão dos impactos das soluções de engenharia, de que se destaca a

<sup>34</sup> Prof. Manuel Barata Marques, Anuário 2000–2001 da Faculdade de Engenharia.

sensibilidade às questões ambientais e, simultaneamente, capacidade de relacionamento com a sociedade”. Em síntese, o perfil de engenheiro que se pretende formar na Faculdade de Engenharia da UCP, devia satisfazer, essencialmente, os seguintes requisitos<sup>35</sup>:

- um conhecimento profundo das técnicas de Engenharia no seu domínio específico;
- uma formação sólida e vasta nas ciências de base;
- conhecimentos suficientes em Gestão;
- capacidade de comunicação e uma boa cultura inspirada nos valores e ideais cristãos.

Para responder a este perfil de engenheiro, o projeto académico previa incluir nos planos de estudos de todos os cursos de licenciatura, para além das disciplinas das ciências básicas, as relativas ao Ambiente, aos Materiais, às Tecnologias de Informação e às Comunicações, à Engenharia de Sistemas, às Ciências Humanas e Jurídicas, à Economia e à Gestão.

#### **4. Sistema de Ensino**

Para implementar o plano de estudos, o projeto académico propunha um sistema de ensino inovador, baseado nas seguintes características:

- existência de um corpo docente dedicado ao ensino e à investigação científica e tecnológica, a tempo inteiro;
- modelo de ensino presencial, com aulas teóricas, teórico-práticas e laboratoriais, sessões tutoriais e acompanhamento dos alunos pelos docentes fora do horário reservado às aulas;
- posto de trabalho individual, permitindo aos alunos o estudo para além do horário das aulas;
- regime de aulas trimestral, correspondendo cada período letivo a 10 semanas efetivas de aulas, com uma carga letiva semanal de cerca de 20 horas, a que acrescem 3 semanas para avaliação;
- utilização de tecnologias de informação como veículo privilegiado de ensino e aprendizagem;
- laboratórios apetrechados e adequados aos planos curriculares;
- cooperação com universidades estrangeiras prestigiadas, visando o intercâmbio de docentes e discentes e a atribuição conjunta de diplomas;

---

<sup>35</sup> Projeto Académico da Faculdade de Engenharia, 10.03.2000.

- estágio profissional incluído nos planos de estudo;
- indicação, no início de cada trimestre, das publicações e elementos de estudo, referentes às disciplinas desse período;
- apoio à aprendizagem da língua inglesa, como atividade extracurricular.

A inclusão do estágio no plano curricular dos cursos era reveladora da importância atribuída à aplicação prática dos conhecimentos e à vivência do ambiente em que o futuro engenheiro exerceria as suas funções. Os estágios, que eram resultado de acordos entre a Faculdade e empresas, dos sectores secundário e terciário, visavam facilitar, também, a inserção dos jovens engenheiros na atividade profissional.

### **5. Regime Trimestral**

É de destacar, também, o regime trimestral proposto no projeto académico, inovador no panorama do ensino superior nacional. Era defendido pela sua maior eficiência das atividades escolares, pois permitiria uma continuidade do percurso de aprendizagem das matérias durante o período escolar e possibilitaria a avaliação contínua por trabalhos, ao longo das aulas, e a avaliação, por exame, no final do trimestre. No entanto, na apresentação da proposta de “Projeto Académico da Faculdade de Engenharia” ao Conselho Superior, em 4 de fevereiro de 1999, são colocadas algumas questões e proferidos alguns comentários relativamente a este modelo de ensino. O principal argumento avançado foi o de que o tempo de maturação, necessário à aprendizagem das matérias e à consolidação dos conhecimentos, era curto, o que constituía uma desvantagem significativa em relação ao regime semestral. Esta opinião foi rebatida, alegando-se que o tempo de maturação do regime trimestral é mais longo por não haver a interrupção para avaliações bimestrais (típicas do regime semestral) nem descontinuidade no processo de aprendizagem. Este tipo de regime é, assim, aprovado pelo Conselho Superior e implementado no ano letivo de 2000/2001, ano em que a Faculdade inicia a sua atividade letiva. O teste-piloto deste regime trimestral durou até 2005, altura em que o Conselho Científico da Faculdade decide reformular os seus cursos, na sequência do Processo de Bolonha, que se aproximava<sup>36</sup>. O Conselho Científico entendeu que o regime trimestral era demasiado intenso e exigente para o nível dos alunos, que chegavam ao ensino superior com uma fraca preparação, particularmente nas disciplinas de Matemática e Física, e ausência de métodos de trabalho, o que justificaria as elevadas taxas de abandono registadas. Por essa razão, e aproveitando a reformulação

<sup>36</sup> ACC-FE, 21.01.2005.

exigida pelo Processo de Bolonha, o regime trimestral é abandonado e substituído pelo semestral.

## **6. Processo de Bolonha**

No conjunto das unidades da UCP, a Faculdade de Engenharia foi a primeira a propor à Reitoria, e a ver aprovada, a adequação dos seus cursos ao Processo de Bolonha. Apesar de o debate público indicar uma tendência para as Escolas de Engenharia optarem por mestrados integrados, a UCP decidiu pôr em prática o modelo designado de 3+2, que era, também, o modelo que vigorava em várias Escolas de Engenharia de referência a nível internacional. Importa destacar que algumas das Escolas que optaram inicialmente por mestrados integrados vieram posteriormente a mudar para o modelo 3+2. Neste modelo, são definidos dois ciclos autónomos, uma licenciatura de três anos e um mestrado de dois anos. A adequação dos cursos da Faculdade constituiu um desafio considerável, não apenas pelas limitações de tempo, mas também por ter sido entendido como um projeto a desenvolver de “raiz”. Em maio de 2006, o Conselho Científico da Faculdade aprova os novos planos de estudos dos cursos, que são oferecidos pela primeira vez no ano letivo de 2006/2007<sup>37</sup>.

### **7. 3.º Ciclo**

O projeto académico da Faculdade contemplava, também, a oferta de cursos de 3.º ciclo, ou de doutoramento. Assim, passados 6 anos do início da atividade académica da Faculdade, são apresentadas, ao Conselho Científico, as primeiras propostas para programas de doutoramento, com parte curricular. As três propostas apresentadas, em Engenharia Biomédica, Engenharia Clínica e Engenharia Informática, são aprovadas por unanimidade pelo Conselho Científico em outubro de 2006<sup>38</sup>.

## **Cursos de Engenharia**

### **1. Orientação Académica**

Como referido, o projeto académico da nova Faculdade foi fundamentado na necessidade de formar engenheiros com uma preparação potenciadora de uma intervenção adequada à evolução da economia e da sociedade, em áreas tecnológicas cuja oferta de formação superior não era suficiente ou não produzia o perfil de engenheiro que, de futuro, viria a ser requerido. Entendeu-se,

<sup>37</sup> ACC-FE, 15.05.2006.

<sup>38</sup> ACC-FE, 17.10.2006.

então, que as primeiras licenciaturas a serem oferecidas não deveriam ser as designadas tradicionais. De facto, estas últimas já eram oferecidas por atuais instituições universitárias, designadamente do sector estatal, que dispunham de excelente capacidade científica, de importantes meios laboratoriais e desfrutavam, inclusive, de uma forte implantação na sociedade portuguesa<sup>39</sup>. As áreas de Engenharia, que a Faculdade selecionou para desenvolver na sua fase inicial, tiveram como base opiniões de entidades muito qualificadas do meio académico e do sector empresarial, bem como um estudo da procura por cursos do ensino superior referente aos anos letivos de 1998/1999 e 1999/2000.

Tendo em consideração o enquadramento supra delineado, a evolução das candidaturas dos cursos de Engenharia e as opiniões expressas pelo conjunto de personalidades consultadas, entendeu-se que a Faculdade de Engenharia deveria concentrar a sua atividade inicial nas seguintes áreas de intervenção<sup>40</sup>: Engenharia da Empresa, Engenharia da Informação, Engenharia do Ambiente e Urbanismo e Engenharia da Saúde. Importa, ainda, sublinhar que estas áreas do conhecimento estavam contempladas nas prioridades do V Programa-Quadro da União Europeia. A estas áreas corresponderam, também, cursos de licenciatura que tiveram as mesmas designações. Estes quatro cursos de licenciatura foram aprovados na reunião de Conselho Superior de 31 de março de 2000, apesar da apreensão manifestada por alguns membros e, em particular, pelo Conselho da Gestão Financeira, que salientou o risco financeiro.

Na área de Engenharia da Saúde, está incluído o Mestrado de Engenharia da Saúde. Este mestrado foi a primeira atividade académica da Faculdade de Engenharia, pela necessidade de marcar uma posição na área. Nesta fase de arranque iniciou-se, também, a preparação de cursos de pós-graduação nos domínios da Engenharia Municipal, Desenvolvimento Integrado de Projetos Industriais, Engenharia da Informação e Gestão de Energia em Unidades Hoteleiras. Este último decorreria em Macau e desenvolver-se-ia no âmbito do Instituto Luso-Chinês.

A estrutura dos cursos de licenciatura foi concebida de modo a incluir um número significativo de disciplinas comuns, sobretudo nos dois primeiros anos. O início, em simultâneo, das quatro licenciaturas proporcionaria importantes economias de escala em recursos humanos, materiais e financeiros. Nestas condições, um maior número de alunos a frequentar o 1.º ano justificaria um corpo docente mais alargado, possibilitando que a massa crítica de professores fosse atingida mais rapidamente, contribuindo para o desenvolvimento de atividades

---

<sup>39</sup> Projeto Académico da Faculdade de Engenharia, Manuel Barata Marques, 10.03.2000.

<sup>40</sup> ACS, 31.03.2000.

de investigação científica e tecnológica próprias da Faculdade e permitindo a prestação de serviços à comunidade<sup>41</sup>.

## **2. Licenciatura em Engenharia da Empresa**

A nova dinâmica empresarial gerada pela aproximação dos mercados, impunha às empresas um acompanhamento contínuo das novas tecnologias, modelos de negócio inovadores e uma gestão eficiente de recursos. Assim, considerando a empresa como a unidade central do desenvolvimento económico e social, o curso de Engenharia da Empresa foi delineado para formar licenciados capazes de desempenhar um papel integrador de um conjunto muito variado de funções essenciais à dinâmica das organizações. Esta formação exige uma preparação muito diversificada em áreas científicas, tecnológicas e de gestão, necessárias às atividades de conceção, projeto, planeamento, organização, manutenção, produção e qualidade em empresas industriais e de serviços. Assim, o plano de estudos do curso, além de seguir as orientações globais, atrás descritas, sobre a estrutura dos planos de estudo das licenciaturas, inclui um conjunto de disciplinas específicas, como as Tecnologias de Informação, os Sistemas de Comunicação, as Redes de Computadores, os Materiais e as Tecnologias, a Gestão da Produção, a Manutenção, a Qualidade, a Engenharia de Sistemas e as disciplinas relativas à Gestão de Empresas<sup>42</sup>.

## **3. Licenciatura em Engenharia da Informação**

A licenciatura em Engenharia da Informação ambicionava ser mais do que um curso de informática. Este curso integrava um conjunto alargado de áreas disciplinares, as quais incluíam, como comumente designadas, a Engenharia Informática, as Tecnologias da Comunicação e de Computadores, tendo por base a tecnologia eletrónica, a que se juntava a componente de base proposta pela Faculdade. O seu plano de estudos era distinto por privilegiar a aposta no desenvolvimento humano como complemento indispensável da evolução técnica, que promovia o espírito empreendedor, a inquietude para fazer mais e melhor, a autonomia, a capacidade de inovar, a adaptação ao trabalho de equipa e o desenvolvimento de valores e cultura empresarial<sup>43</sup>. Os licenciados nesta Engenharia ficavam, assim, habilitados para conceber, projetar e gerir sistemas de informação, redes de computadores, sistemas de comunicação e sistemas eletrónicos.

---

<sup>41</sup> Projeto Académico da Faculdade de Engenharia, Manuel Barata Marques, 10.03.2000.

<sup>42</sup> Anuário das Licenciaturas da Faculdade de Engenharia, 2000/2001.

<sup>43</sup> Prof. José Epifânio da Franca, Presidente do Conselho de Administração da CHIPIDEA.

#### ***4. Licenciatura em Engenharia da Saúde***

O sector da Saúde é um dos que mais beneficia da investigação científica e dos avanços tecnológicos, resultando em melhorias significativas na qualidade de vida das populações. No entanto, o conhecimento da inovação e da rápida evolução tecnológica nem sempre era aplicado nos domínios do sector da saúde ao mesmo ritmo. Faltava, portanto, um elemento facilitador entre a Engenharia e a Saúde que agilizasse a aplicação de conhecimento. Por outro lado, as organizações do sector da saúde precisavam ser mais eficientes, necessitando, por isso, de aumentar a produtividade, racionalizar os recursos e modernizar as tecnologias. Também a própria sofisticação dos meios de diagnóstico e de terapêutica exigiam engenheiros com conhecimentos tanto de eletromedicina como de biotecnologia<sup>44</sup>. O objetivo do curso de Engenharia da Saúde era, assim, o de formar licenciados que compreendessem a problemática da saúde e detivessem preparação científica e técnica para intervir, de forma eficiente, no sector da saúde. A formação adquirida, neste curso, permitiria aos licenciados exercerem funções muito diversificadas, como sejam as de conceber, projetar e gerir equipamentos hospitalares, de diagnóstico e terapêutica, as de conceber e implementar sistemas de informação e decisão e as de gerir projetos tecnológicos.

#### ***5. Licenciatura em Ambiente e Urbanismo***

O curso de licenciatura em Engenharia do Ambiente e Urbanismo tinha, pela variedade dos temas que tratava, uma característica multidisciplinar e, simultaneamente, integradora de matérias de várias áreas do saber. O ensino conjunto destas duas áreas visava o desenvolvimento económico das populações, baseado no respeito pelo ambiente<sup>45</sup>. A multidisciplinaridade do curso permitia, assim, que os licenciados dispusessem de um leque muito variado de funções, que poderiam vir a desempenhar. Destacam-se, entre outras, as atividades de conceção, projeto e execução de obras de intervenção, infraestruturas e saneamento básico, avaliações de impacto ambientais, controlo de poluição, planeamento e gestão de recursos hídricos, tratamento de águas residuais, planeamento regional e urbano, gestão urbanística, gestão municipal e gestão ambiental.

#### ***6. Mestrado em Engenharia da Saúde***

A criação do mestrado em Engenharia da Saúde foi aprovada pelo Conselho Superior em 14 de maio de 1999, sob proposta do Prof. Doutor Manuel Barata

---

<sup>44</sup> Eng. Carlos Tomás, Presidente da Associação Portuguesa de Engenharia da Saúde.

<sup>45</sup> Prof. Doutor João Quinhones Levy, Presidente do Grupo Ecoserviços.

Marques e foi o primeiro curso a ser oferecido pela Faculdade de Engenharia. Perante uma quase inexistente oferta de formação pós-graduada na área das tecnologias da saúde, no sistema de ensino universitário português, a UCP teve a iniciativa de lançar um curso de mestrado inovador em Engenharia da Saúde. Em Portugal, a formação médica privilegiava, tipicamente, os aspetos biológicos e humanos da Medicina, aprofundando pouco a envolvente socioeconómica e técnica inerente à profissão médica<sup>46</sup>. Por um lado, constatava-se que a saúde era um dos sectores que mais estava a beneficiar da rápida evolução tecnológica e que se exigia um novo espectro de qualificações, especificações e serviços complementares. Por outro lado, a UCP dispunha de unidades orgânicas com competência nas áreas científicas exigidas, designadamente nas áreas da Gestão, Bioquímica e Biotecnologia. Beneficiava, ainda, de apoio do Hospital de São Francisco Xavier e de outras instituições, umas ligadas à Saúde e outras à indústria de dispositivos médicos, que permitiam assegurar um ensino objetivamente vocacionado para a formação de Mestres capazes de contribuir significativamente para um funcionamento eficiente das unidades de saúde. Esta componente mais aplicada proporcionaria aos alunos uma multiplicidade de experiências e contactos potenciadores do ingresso no mercado de trabalho. O curso oferecia, assim, uma especialização em tecnologias médicas e hospitalares, diferenciadora pela sua qualidade e competitividades, que respondia às necessidades e desafios no sector da saúde, cuja oferta existente não satisfazia<sup>47</sup>.

## 5. A Faculdade de Engenharia

### 1. Estrutura Académica e Serviços

Nos termos dos Estatutos da Faculdade de Engenharia, os seus órgãos de governo incluem o Diretor, o Conselho de Direção e o Conselho Científico. O Conselho Consultivo e as Comissões Pedagógicas desempenham funções consultivas. A operação e o funcionamento da Faculdade de Engenharia são garantidos pelo corpo docente e por um conjunto de serviços, que incluem: Serviços Escolares, Biblioteca, Gabinete de Apoio ao Aluno, Sistemas de Informação, Capelania, *Marketing*, Livraria, Papelaria e Reprografia, Serviços Gerais e Gabinete de Apoio a Projetos.

---

<sup>46</sup> Dr. João Vasques Silva Pires, Chefe do Serviço de Endocrinologia do Hospital da Maninha.

<sup>47</sup> Projeto da Faculdade de Engenharia, Prof. Doutor Barata Marques, 2000.

### ***Diretor e Conselho de Direção***

Ao longo dos 13 anos de funcionamento da Faculdade, o cargo de Diretor foi ocupado pelo Prof. Doutor Manuel Barata Marques, professor Catedrático do IST, doutorado pelo *Imperial Colleague* em engenharia mecânica e que, entre outros cargos, fora Presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Engenharia, Presidente Adjunto do IST para os Assuntos Administrativos e Presidente do INETI. Coube-lhe, não apenas a desafiante tarefa de criar uma nova Escola, desenvolver um projeto académico de raiz, e construir novas instalações, como, também, o desenvolvimento do novo *campus* de Sintra, já que acumulava o cargo que exercia na Faculdade com a presidência da Comissão Instaladora do *campus* de Sintra. Teve a espinhosa missão de criar e desenvolver o primeiro projeto académico num *campus* que se encontrava isolado e privado dos normais apoios estruturais. Recebeu os maiores elogios dos seus pares, internos e externos, pelo seu projeto académico, e um voto de louvor, por unanimidade, do Conselho Superior, pelo trabalho prestado à Universidade<sup>48</sup>.

A Faculdade foi gerida por dois Conselhos de Direção. No primeiro, entre 2002 e 2008, o Diretor foi assessorado pelos professores Pedro Encarnação (Gestão Financeira) e Rui Pires (Serviços Académicos). O segundo Conselho de Direção, entre 2009 e 2013, teve como diretores adjuntos os professores Cecília Calado (Investigação, Marketing e Biblioteca), Jorge Julião (Finanças, Sistemas de Informação, Serviços Gerais e Laboratórios) e Pedro Matias (Serviços Académicos e Segurança). A assessoria de ambos os Conselhos de Direção foi assegurada pela Dr.<sup>a</sup> Maria João Pinto Ribeiro, que desempenhou, neste período, a função de secretária da Direção.

### ***Conselho Científico e Consultivo***

O Conselho Científico, outro órgão de governo, teve a responsabilidade na orientação académica e científica. Este Conselho, presidido pelo professor Manuel Barata Marques, era constituído não só por professores Catedráticos e Associados, mas também por professores auxiliares que foram convidados a exercerem a direção de cursos ou a coordenação de áreas científicas. Fizeram parte deste Conselho os professores: Alexandre Castro Caldas, Ana Pascoal, Artur Bezelga, Carlos Salema, Cecília Calado, Heitor Pina, Helena Vieira, Jorge Julião, José Carlos Outeiro, Maria José Lucena e Vale, Mário Nina, Pedro Encarnação, Pedro Matias, Rui Alves Pires, Rui Assis e Tito Santos Silva.

O Conselho Consultivo teve como missão assegurar a articulação, constante e permanente, entre o projeto académico da Faculdade e a sociedade, em

---

<sup>48</sup> ACS, 25.11.2016.

particular com o meio económico e empresarial, através de uma estreita ligação a especialistas na área da Engenharia. O seu principal objetivo era o aconselhamento na definição estratégica das ofertas curriculares, formativa e executiva, e respetivos conteúdos programáticos para que a formação e a investigação se adequassem às necessidades do mercado. Para o efeito, este Conselho reunia uma vez por ano, a pedido da Direção da Faculdade. O Conselho Consultivo era presidido pelo Diretor da Faculdade e incluía personalidades, regionais e nacionais, de reconhecido mérito, que representavam várias áreas de Engenharia. Deste Conselho fizeram parte: António Sousa Gomes, António Vidigal, Carlos Borrego, Eduardo Lopes Rodrigues, Joaquim Carlos Fortunato, José Epifânio da Franca, José Luís Almeida Fernandes, José Oliveira Guia, Luís Alves Monteiro, Luís Braga da Cruz, Luís Mira Amaral e Pedro Ferraz da Costa.

### ***Comissões Pedagógicas***

As Comissões Pedagógicas tiveram como missão promover a qualidade do ensino, recolhendo e apreciando sugestões respeitantes a formas de lecionação e aprendizagem, à prática da interdisciplinaridade e à aquisição de material didático, bibliográfico e audiovisual. Para o efeito, pronunciavam-se, regularmente, não só sobre os planos de estudos para melhor coordenação de unidades curriculares afins, como também sobre as atividades pedagógicas e regimes de avaliação de conhecimentos. As duas Comissões Pedagógicas, representantes dos 1.º e 2.º ciclos, eram constituídas pelos professores e alunos representantes de cada ano curricular e presididas pelo Diretor-Adjunto com o pelouro académico.

### ***Corpo Docente***

A qualidade do ensino ministrado na Universidade é conhecida por primar pela excelente qualificação científica e pedagógica dos seus professores, que constituiu o principal princípio orientador na escolha do corpo docente da Faculdade. Além da excelência, a Faculdade, desde o seu início, considerou fundamental, para o desenvolvimento do projeto académico, a composição de um corpo docente próprio para assegurar as áreas fundamentais e científicas da Faculdade. As áreas transversais à Engenharia foram garantidas por outras unidades académicas da Universidade e as demais com recurso a docentes e especialistas externos. O recurso a docentes externos era considerado como complemento da capacidade existente na Faculdade e não como uma forma alternativa de contratação. No entanto, nos primeiros anos de atividade da Faculdade, houve necessidade de contratar um maior número de docentes externos, não apenas pela falta de capacidade, mas também para garantir flexibilidade até à consolidação do projeto académico e, ainda, pela própria especificidade

de alguns cursos de pós-graduação. Tratando-se de um projeto criado de raiz, a definição do corpo docente foi realizada em função das áreas científicas e tecnológicas identificadas no projeto académico. Para além deste requisito, o perfil curricular dos docentes teria de permitir a lecionação transversal nos vários níveis de ensino ministrados pela Faculdade.

A evolução do corpo docente foi gradual, à medida que os cursos avançavam nos anos curriculares e a oferta de cursos se diversificava. Em consequência, a primeira geração de docentes da Faculdade atuava, sobretudo, nas áreas das ciências de base, nomeadamente, na matemática e na física. Este corpo docente era composto, fundamentalmente, por um conjunto de docentes jovens, muito qualificados e contratados para integrar a Faculdade, e alguns professores convidados, mais seniores e com *curriculum* e experiência comprovados, contratados para coordenar as áreas científicas e “conduzirem” os professores mais jovens. Não obstante as alterações nos anos letivos, o corpo docente era, no essencial, constituído por cerca de 23 professores residentes, dos quais apenas 3 não eram doutorados, e por cerca de 30 docentes convidados, na sua maioria doutorados, em regime de tempo parcial. Os professores residentes incluíam um professor catedrático, um associado, 18 auxiliares e 3 assistentes.

### ***Serviços e Infraestruturas***

A Faculdade não funcionaria se não fossem as pessoas dedicadas, que garantiram um conjunto de serviços de suporte às atividades académicas e letivas. Nos Serviços Escolares, entidade certificadora da atividade escolar, a equipa, liderada por Elsa Braz e constituída por Ana Rute e Carla Branco, teve a responsabilidade de executar os processos administrativos relativos ao percurso académico dos alunos, bem como a de planear e acompanhar o funcionamento das aulas e das avaliações e a de elaborar e providenciar dados estatísticos da atividade escolar. Nas suas atividades de contacto com o público, foram, também, o rosto da Faculdade e o suporte operacional dos alunos.

Nos Serviços de Informação, João Dinis e a restante equipa dos serviços centrais, sob a orientação do professor Helie de Chantérac, criaram e mantiveram a infraestrutura tecnológica e os sistemas de informação fundamentais ao suporte das atividades académicas e de investigação. Sendo uma Faculdade voltada para as tecnologias, procurou instalar, desde o início, os meios informáticos de última geração para proporcionar aos docentes e alunos condições para o desenvolvimento eficiente da investigação e estudos, o que implicou uma exigente e qualificada assistência.

A Capelania, como espaço de encontro e partilha, através do P.<sup>o</sup> Hugo dos Santos e da Irmã Fátima Ferreira, garantiu a assistência e o aconselhamento

religioso e espiritual à comunidade acadêmica. A sua presença permitiu celebrar condignamente os principais acontecimentos e datas significativas para a comunidade acadêmica e seus membros. Teve, também, um papel agregador nas ações e solidariedade social, e entre as comunidades acadêmicas.

O Gabinete de Apoio ao Projeto, coordenado pela Catarina Castanhas, dinamizou os projetos de investigação da Faculdade, através da prospeção de oportunidades de candidaturas a projetos de investigação e programas de financiamento e do apoio técnico e administrativo na elaboração de propostas.

A Biblioteca, espaço privilegiado da Faculdade, era mais do que um local onde se armazenavam livros, pois era um ponto acolhedor onde os docentes e alunos se reuniam para estudar, interagir e aprender. Os utilizadores tinham acesso direto a uma biblioteca especializada em Engenharia e indireto ao acervo da Biblioteca João Paulo II, na sede da Universidade. As atividades da Biblioteca foram coordenadas por Ricardo Cunha, que teve um papel significativo na condução da investigação e estudos de docentes e alunos.

O Marketing da Faculdade esteve ao cuidado da Ana Sofia Sá Cardoso, responsável pela elaboração dos planos de marketing, comunicação da imagem da Faculdade e promoção de eventos de divulgação, internos e externos, da oferta letiva. Com responsabilidades também ao nível da comunicação, esteve a rececionista, Ana Paula Martins, que foi muitas vezes a voz e o rosto da Faculdade.

A comunidade acadêmica dispunha de uma infraestrutura de excelente qualidade, especialmente concebida para o ensino da Engenharia, mas que detinha, igualmente, espaços de estudo, lazer e convívio. Os alunos tinham à disposição espaços de estudo próprios e equipados com meios informáticos que permitiam um estudo contínuo. Este espaço era também frequentado por alunos do IST, que escolhiam este local para estudar, juntamente com os alunos residentes. A Faculdade detinha, ainda, um bar e uma cantina, onde a comunidade acadêmica podia tomar as suas refeições e que era utilizado pelos estudantes como espaço de estudo. Os alunos dispunham, igualmente, de um espaço para seu uso exclusivo, onde estava localizada a Associação de Estudantes e instalados dispositivos para atividade lúdicas e sociais.

## **2. Atividade Letiva**

A atividade letiva, ou ensino, constituiu um dos três pilares da Faculdade, entre a investigação e a prestação de serviços, e foi, porventura, o mais importante e, por certo, o que exigiu mais recursos. A Faculdade de Engenharia ministrou ciclos de estudos conducentes a graus académicos, nos três níveis de

ensino, e à obtenção de diplomas em áreas de engenharia afins, nomeadamente, pós-graduações e cursos de especialização. Neste âmbito desenvolveu, também, atividades relacionadas com a definição e implementação de laboratórios e com o processo de acreditação dos cursos.

### *Cursos de Licenciatura*

Como referido, a atividade letiva da Faculdade de Engenharia iniciou-se no ano letivo de 2000/2001, com a oferta das licenciaturas em Engenharia da Empresa, Engenharia da Informação, Engenharia da Saúde e Engenharia do Ambiente e Urbanismo. A Faculdade, dando seguimento à orientação do projeto académico, inicia, assim, a sua atividade apostando em cursos inovadores ou de abordagem diferenciadora que se distinguiam, em relação à oferta no ensino superior português, pela sintonia com o mercado de trabalho. Uma característica singular nos quatro cursos era o facto de incluírem um número muito significativo de disciplinas comuns, das diversas áreas científicas, o que possibilitava consideráveis economias de escala. Em particular, o primeiro ano curricular era comum a todos os cursos, o que permitia aos alunos mudarem de curso ao fim do primeiro ano, sem perda de número de créditos e disciplinas. Esta característica veio a manter-se, também, nos novos cursos. Um outro elemento relevante, nos *curricula* dos cursos, era a forte componente das ciências básicas, importante para o desenvolvimento do perfil de profissional que a Faculdade desejava formar, o de um engenheiro de conceção.

No ano letivo de 2001/2002, a Faculdade resolve diversificar a sua oferta e aposta num curso clássico e de banda larga, pois era necessário densificar a população de alunos na Faculdade. A sua opção recai sobre a Engenharia Civil, atendendo a que, nessa altura, se registava uma elevada procura nesta área. Este curso, embora clássico, mantinha-se perfeitamente atual face às necessidades do sector da construção e obras públicas<sup>49</sup> e tinha, simultaneamente, uma forte componente em Reabilitação de Estruturas e de Edificações, seguindo a recomendação do Conselho Consultivo. Era previsível que, dentro de alguns anos, uma parte significativa das obras de construção civil fosse a de Reabilitação, como se veio a verificar. Apesar de nos últimos anos em que o curso funcionou se ter registado uma diminuição significativa de alunos devido à crise do imobiliário que se abateu sobre o País a partir de 2008, foi o curso da Faculdade que diplomou mais alunos.

No ano letivo de 2005/2006, regista-se uma mudança significativa na atividade letiva da Faculdade. A licenciatura da Engenharia da Saúde é substituída

---

<sup>49</sup> Eng. José Teixeira Trigo, Sócio-Gerente da Teixeira Trigo, Lda.

por duas novas licenciaturas, uma em Biomédica e outra em Clínica e são lançadas, pela primeira vez, a licenciatura em Engenharia Industrial e a Engenharia Informática. A Engenharia Biomédica, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Cecília Calado, visava uma preparação tecnologicamente diversificada nos domínios das ciências biomédicas, em áreas como a Engenharia Genética, Engenharia dos Tecidos, Biomateriais, Biomedicina, Órgãos Artificiais, Engenharia de Proteínas e Farmacologia. Já a Engenharia Clínica, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Pascoal, era mais dirigida para o domínio das tecnologias e sistemas de Saúde, bem como da sua gestão, abrangendo as fases do projeto e da manutenção. A Engenharia Industrial, coordenada pelo Prof. Doutor Jorge Julião, em cuja área a Universidade já tinha experiência, através da sua Escola Superior de Ciências e Tecnologia, veio ocupar o lugar da Engenharia da Empresa. Este curso procurava articular duas das grandes áreas científicas, a Engenharia e a Gestão, com o objetivo de formar alunos com capacidade para planear e gerir sistemas complexos, com fortes interações entre variáveis humanas, financeiras, organizacionais e tecnológicas. A Engenharia Informática, coordenada pelo Prof. Doutor Tito Silva, manteve as linhas de orientação da Engenharia da Informação.

O ano letivo de 2006/2007 é marcado pela adequação dos cursos ao designado Processo de Bolonha. Como anteriormente referido, a Universidade optou pelo sistema 3+2, cujo primeiro ciclo, conducente ao grau de Licenciatura, tem a duração de 3 anos. Com esta mudança, na área da Biomédica, a Faculdade optou por ter apenas uma licenciatura em Biomédica, que dava seguimento para dois cursos de mestrado, um com a mesma designação e outro em Engenharia Clínica. De forma análoga, a Faculdade optou por abandonar a licenciatura em Engenharia do Ambiente e Urbanismo e criar um mestrado com a mesma designação ficando, assim, a licenciatura em Engenharia Civil, coordenada, inicialmente, pelo Prof. Eng. João Appleton, e, posteriormente, pelo Prof. Doutor Ionut Moldovan, com duas opções de mestrado.

No ano letivo de 2009/2010, a Faculdade lança dois cursos novos, a licenciatura em Engenharia Mecânica e o mestrado integrado em Arquitetura. A Engenharia Mecânica, coordenado pelo Prof. Doutor José Carlos Outeiro, era um curso totalmente novo na Universidade, mas com muitas disciplinas em comum com o existente em Engenharia Industrial, pelo que beneficiava de fortes economias de escala e tinha uma procura significativa. Já na área da Arquitetura, havia a experiência do curso que decorria no Centro Regional de Viseu, desde 2001, e o desejo de desenvolver esta área em Lisboa. O projeto da Arquitetura na Faculdade, coordenado pelo Prof. Doutor José Baganha, pelo facto de nascer no seio de uma Faculdade de Engenharia, acaba por ter uma

forte influência da Engenharia Civil, e um pendor mais tecnológico, quando comparado com os demais cursos de Arquitetura existentes no País, o que lhe atribuiu características ímpares.

A Universidade acaba por ser impelida, no início do ano letivo de 2010/2011, a cancelar as matrículas no 1.º ano do novo Mestrado Integrado em Arquitetura, por escassez de candidatos<sup>50</sup>, e a encerrar o curso, que tinha apenas 8 alunos no 2.º ano. A colaboração do IST, que tinha em elevada consideração o nível pedagógico e científico dos cursos da Faculdade de Engenharia, permitiu que estes alunos fossem transferidos para esta instituição. O encerramento do curso de Arquitetura tem um efeito muito negativo, pelo sentimento de incerteza gerada na continuidade dos cursos, não só entre os alunos que frequentavam a Faculdade, mas também na procura das formações em Engenharia, o que se refletiu no reduzido número de candidatos no ano letivo seguinte, 2011/2012. Por esse motivo, bem como pelo facto de ter sido definido, pelo Conselho Superior<sup>51</sup>, que a abertura de cursos ficaria condicionada a um número mínimo que viabilizasse a exploração, a Reitoria decide suspender, nesse período, as matrículas nas licenciaturas da Faculdade, com a intenção de reabri-las no ano seguinte, já em Palma de Cima, para onde se pretendia transferir a Faculdade. Estas decisões, associadas a outros fatores que condicionavam a atividade letiva, contribuíram para que, em 2012/2013, apenas o curso de Engenharia Biomédica iniciasse o seu 1.º ano em Lisboa. A decisão de descontinuar os cursos da Faculdade é tomada pelo Conselho Superior, em 18 de janeiro de 2013<sup>52</sup>, e leva à transferência dos alunos para outras instituições de ensino superior.

### ***Cursos de Mestrado***

Como descrito no projeto académico, a Faculdade iniciou a sua atividade letiva nos anos de 2000/2001, com o mestrado em Engenharia da Saúde, com o objetivo de se posicionar na área. O curso, que foi coordenado inicialmente pelos professores Armando Sales Luís e Luís Valadares Tavares, a que se juntou, posteriormente, o professor Manuel Barata Marques, propunha-se formar os alunos nas principais noções de Engenharia e de Gestão na sua aplicação ao sector da Saúde, pelo que integrava várias áreas científicas, como a Saúde, Gestão, Sistemas, Eletrónica e Instrumentação e Bioquímica e Ambiente.

A abertura da licenciatura em Engenharia Civil, em 2001/2002, impulsiona o desenvolvimento desta área, o que leva a Faculdade a lançar, pouco

---

<sup>50</sup> ACS, 22.10.2018.

<sup>51</sup> ACS, 27.05.2018.

<sup>52</sup> ACS, 18.01.2018.

depois, o curso de mestrado em Qualificação da Cidade, coordenado pelo Prof. Doutor Manuel Costa Lobo. Este curso visava fornecer uma formação complementar e especializada nos domínios interdisciplinares relativos à composição e qualificação da cidade. Ao nível dos mestrados, a grande mudança ocorre, em 2006/2007, devido à necessidade de adequação ao Processo de Bolonha, pois a opção pelo modelo 3+2 impunha a criação dos mestrados correspondentes às licenciaturas existentes. Assim, nesse ano, são criados os mestrados em Civil, Ambiente e Urbanismo, Informática, Industrial, Biomédica e Clínica.

Um dos grandes objetivos da Faculdade foi, sempre, o de ligar a Engenharia com a Saúde e era, sobretudo, ao nível do 2.º ciclo que esta interface era mais fácil de estabelecer, por este ciclo se destinar, essencialmente, a proporcionar uma formação científica mais especializada e aplicada. Nessa linha, a área da Biomédica já contava com três mestrados em Engenharia Biomédica, Clínica e da Saúde e projetaram-se, ainda, os cursos de Proteção e Segurança em Ambiente Hospitalar, Tecnologias de Apoio à Reabilitação, Gestão da Qualidade em Saúde e Processos de Acreditação, Garantia de Qualidade em Laboratórios de Análises, Bioinformática e Biotecnologia Médica. O lançamento do curso de licenciatura em Engenharia Mecânica, em 2009/2010, deu, por sua vez, origem à criação de um mestrado com a mesma designação e com especialização em energia.

### **Doutoramentos**

O Conselho Científico da Faculdade aprovou, no âmbito do Processo de Bolonha, os cursos de doutoramento nas suas áreas de atuação, nomeadamente Engenharia Biomédica, Engenharia Civil, Engenharia Informática e Engenharia Industrial. Houve vários alunos inscritos em doutoramentos tutoriais, tendo sido atribuído o primeiro doutoramento da Faculdade à Mestre em Engenharia da Saúde Ana Filipa Ferreira do Vale, que apresentou e defendeu a sua tese intitulada *Distribuição Geográfica e Patologias Associadas à Metilação do DNA Genómico em Helicobacter Pylori* perante um júri internacional em 2008. Além deste doutoramento, em Engenharia Biomédica, foram atribuídos outros doutoramentos em Engenharia Biomédica, Engenharia Clínica, Engenharia Civil e Engenharia Informática.

### **Cursos de Pós-Graduação**

O primeiro curso de pós-graduação a ser oferecido pela Faculdade de Engenharia foi em Engenharia Municipal, no ano letivo de 2000/2001. Este curso, coordenado pelo Prof. Doutor João de Quinhones Levy, propunha-se dotar os licenciados em Engenharia da formação necessária para o exercício da sua atividade no campo municipal, cujo âmbito se tornara muito abrangente

e exigia conhecimentos específicos de áreas como o saneamento básico, urbanismo, transportes e vias de comunicação. O curso era considerado como uma ferramenta decisiva para apoiar as atividades dos 308 municípios portugueses<sup>53</sup>, pois integrava áreas científicas essenciais à gestão dos municípios, como sejam as áreas do Ambiente, Construção, Gestão de Sistemas, Transportes e Urbanismo. No ano letivo de 2002/2003, o curso é atualizado e passa a designar-se de Engenharia Municipal e Sanitária.

No ano letivo de 2001/2002, no seguimento da aposta da Faculdade nas áreas da Engenharia Civil, são lançados dois novos cursos de pós-graduação, um em Engenharia e Planeamento de Recursos Naturais e outro em Qualificação da Cidade. O primeiro, coordenado pelos professores Manuel Barata Marques e Maria João Pereira, visava a formação de técnicos com elevada competência nas novas tecnologias de tratamento de informação na área do planeamento e gestão de recursos naturais, tendo em vista a sua apropriação, recuperação e preservação. O segundo, coordenado pelo Prof. Doutor Manuel Costa Lobo, era dirigido sobretudo aos urbanistas, projetistas e geógrafos e destinava-se a proporcionar uma visão integrada da cidade desde o projeto à conservação e promoção, ou seja, integrava o domínio dos temas que o urbanismo exige.

A oferta ao nível de pós-graduação é alargada a mais dois cursos, no ano letivo de 2003/2004, sendo um em Engenharia Ferroviária, coordenado pelo Prof. Doutor Fernando Abecassis e vocacionado para a conceção, projeto, execução e operação de caminhos de ferro e, o outro, em Sistemas de Informação e *Data Mining*, coordenado pelo Prof. Doutor Tito Santos Silva e destinado ao planeamento e à integração dos sistemas de informação nas empresas para a otimização dos processos de negócio.

Em resposta às necessidades de mercado nas áreas da Engenharia Civil, a Faculdade lança, em 2004/2005, os cursos de Avaliações de Engenharia: Propriedades, Património e Empreendedorismo Imobiliários, coordenado pelo Prof. Doutos Artur Bezelga, e de Planeamento e Projeto da Construção Sustentável, que estavam alinhados com as áreas de urbanismo e ambiente que a Faculdade desejava desenvolver.

Aproveitando o *know-how* existente na Faculdade nas áreas da Informática e Saúde, em 2005/2006 é lançado o curso de pós-graduação em Sistemas de Informação para a Saúde, que tinha como objetivos capacitar os alunos para o planeamento, implementação e gestão de tecnologias e sistemas de informação em unidades de saúde, e potenciar a inovação e melhoria dos sistemas de saúde português através de formação avançada e continuada dos seus profissionais.

---

<sup>53</sup> Eng. Francisco Sousa Soares, Bastonário da Ordem dos Engenheiros.

A Faculdade tinha uma aposta clara nos cursos de pós-graduação e, em 2007/2008, lança novos cursos, nomeadamente em Engenharia dos Transportes, coordenado pela Doutora Maria da Conceição Azedo e pelo Eng. Nuno Ribeiro, em Habitação Coletiva, coordenado pelos arquitetos Rui Florentino e Pedro Costa, em Acústica das Edificações, coordenado pelo Prof. Doutor Jorge Patrício, e em Química Médica. Mais tarde são, ainda, lançados os cursos em Gestão e Avaliação no Imobiliário, sob a direção do Prof. Doutor Artur Bezelga, do Dr. Seabra Figueiredo e do Eng. João Pessoa Jorge, em Lasers Médicos, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Pascoal e pelo Dr. José Alves Henriques, e em Auditoria de Sistemas de Informação, coordenado pelo Prof. Doutor Tito Silva. Em 2011, é lançado, com grande sucesso, o Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, coordenado pelo professor Manuel da Costa Lobo. Tratou-se de um curso aplicado e avançado para atualização e aperfeiçoamento de quadros dirigentes e técnicos superiores no domínio do estudo e gestão de urbanismo, ao nível das autarquias locais, dos serviços regionais e da administração central. Foi, igualmente, o último curso que o Prof. Manuel da Costa Lobo, professor de grande prestígio internacional, concebeu, coordenou e lecionou, a par de um corpo docente altamente qualificado, e ao qual devotou todo o saber de muitos anos de trabalho, investigação e ensino na área do Urbanismo.

### **Laboratórios**

Considerando a natureza da Faculdade, os laboratórios constituem uma necessidade para as atividades pedagógicas, de investigação e de prestação de serviços, pelo que são críticos para a acreditação dos cursos e para a obtenção do selo de qualidade da Ordem dos Engenheiros.

A Faculdade dispunha de um conjunto de 10 laboratórios, distribuídos por uma área aproximada de 1250 m<sup>2</sup>, destinados a apoiar as principais áreas científicas: Automação e Controlo, Eletrotecnia, Máquinas Elétricas e Eletrónica, Física, Química, Informática, Mecânica dos Fluidos, Termodinâmica e Hidráulica, Civil, Geotecnia e Estruturas, Materiais e Processos Tecnológicos, Biomédica, Microbiologia e Clínica.

Muito embora a Faculdade tenha iniciado a atividade sem laboratórios, recorrendo aos laboratórios do ITQB nos termos de um protocolo estabelecido entre as duas instituições, a evolução dos cursos tornou-os necessários, exigindo investimentos significativos. Nesse sentido, foram encetadas várias diligências, internas e externas, na procura de apoios. No que respeita ao *Fundraising*, a Faculdade de Engenharia viu limitada a sua ação às empresas do concelho de Sintra, uma vez que decorria em simultâneo uma campanha de angariação de fundos para a Fundação da Universidade Católica dirigida pelo Reitor da UCP.

O processo de obtenção de apoios financeiros para a Faculdade de Engenharia, no qual se empenhou, para além da Direção da Faculdade, a Vice-Reitora Professora Maria da Glória Garcia não teve qualquer sucesso. Em 2006, a Fundação Calouste Gulbenkian mostrou disponibilidade para cofinanciar a aquisição do equipamento do laboratório de Engenharia Civil<sup>54</sup>, até um máximo de 1/3, o que implicava encontrar financiamento por parte de outras entidades, ou internamente. Apesar das diversas diligências, não se conseguiram apoios suficientes para completar a proposta da Gulbenkian. Em 2007, a Faculdade vê aprovado o seu principal projeto de investigação, designado de Projeto Claro, no valor total de 1 200 000€<sup>55</sup>, o que permitiu desenvolver o laboratório de Biomédica. Também, nesse ano, é estabelecido um Protocolo com o Banco Santander-Totta, relativo a um apoio financeiro destinado ao laboratório de Engenharia Civil<sup>56</sup>, e, ainda nesse ano, são transferidos os laboratórios do Polo da Figueira da Foz, na sequência da deslocalização do curso de Engenharia Industrial para Sintra. Em 2010, por iniciativa do Prof. Doutor Alexandre Castro Caldas, surge a oportunidade de instalar, na Faculdade, um laboratório de Imagiologia, que ficaria ligado aos Centros de Imagiologia das Universidades de Coimbra e de Aveiro<sup>57</sup>, mas acabou por não ser desenvolvido. Com o início do processo de acreditação dos cursos, pela designada A3ES, ainda se começou a reforçar o laboratório de Engenharia Civil, que tinha algumas carências ao nível da Geotecnia e Estruturas, mas acabou por ser interrompido com a suspensão das admissões ao curso.

### 3. Investigação Científica

O ensino universitário da Faculdade esteve sempre estreitamente ligado a uma investigação de ponta e de elevada aplicabilidade, pois defendia-se que apenas através do desenvolvimento de atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&Di) seria possível um ensino dinâmico, atual e inovador e, conseqüentemente, formar profissionais de excelência que se adaptassem a uma sociedade caracterizada por uma evolução tecnológica constante. A forte promoção de I&Di pela Faculdade esteve, assim, de acordo com o seu principal objetivo de formação de Engenheiros com uma preparação que lhes permitisse uma intervenção adequada à evolução da economia e da sociedade. Os alunos

---

<sup>54</sup> ACC, 07.09.2006.

<sup>55</sup> ACC, 14.02.2007.

<sup>56</sup> ACC, 10.04.2007.

<sup>57</sup> ACC, 15.06.2010.

da Faculdade beneficiavam deste ambiente inovador e empreendedor diretamente na sala de aula e no âmbito de teses de mestrado ou de doutoramento.

As atividades de I&Di da Faculdade contaram com o financiamento de reconhecidas entidades nacionais, como a Fundação da Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Agência de Inovação, e internacionais, através da União Europeia (7.º Programa-Quadro). Tendo em conta a orientação estratégica da Faculdade de desenvolvimento da área de I&Di, foi criado o Gabinete de Apoio a Projetos (GAP). O GAP teve como missão a dinamização da realização de Projetos ligados a atividades da Faculdade, através do apoio administrativo de Projetos em curso e do apoio à elaboração de candidaturas de Projetos de I&Di, de Prestação de Serviços e de Mobilidade de Investigadores.

Em outubro de 2009, o Conselho Científico aprovou a criação do primeiro Centro de Investigação da Faculdade, designado de BioMedEng<sup>58</sup>. Este Centro era constituído por 17 investigadores da Faculdade, que dispunham de uma considerável produtividade científica, alguns dos quais detinham, em curso, projetos de investigação. A missão era desenvolver um Centro suficientemente abrangente para agregar as várias linhas de investigação da Faculdade, mas com o objetivo de criar um vetor que aliasse a Engenharia e a Saúde. Ambicionava-se, por sua vez, deter massa crítica suficiente para, no prazo de quatro anos, submeter o Centro à FCT para certificação e financiamento.

A Faculdade, ao longo dos seus cerca de 12 anos de existência, desenvolveu um considerável número de projetos, alguns inclusive com dimensão internacional. Na listagem infra, referenciam-se os principais projetos de investigação da Faculdade.

Projetos da área científica em Engenharia Civil:

- Extração de Inertes em Domínio Público Hídrico;
- *Protection du Territoire par le Biens du Génie Ecologique à l'Échelle du Bassin Versant;*
- *Development and Integration of New Technology and Methodologies into SHM Systems in Civil Engineering Infrastructure;*
- *SHMTools – Matlab Toolbox;*
- *Transmutation of nuclear waste in an accelerator driven system;*
- *Structural conditions Assessment of Bridges: Past, Present and Future.*

---

<sup>58</sup> ACC, 21.10.2009.

Projetos da área científica em Engenharia Mecânica:

- *Enhanced surface integrity of magnesium alloys by cryogenic SPD processes towards improved functional performance of medical implants (MagBIO);*
- *Development of Metrics, Metrology and a Framework for Product-Process Ontology for Interoperability in Model-Based Sustainable Manufacturing;*
- *Optimization of the Metal Cutting Parameters for Improved Residual Stress State in Machined Components;*
- *Improved Machining of Metal-on-Metal Hip Implants;*
- *A Study of Cyclic Chip Formation in Machining Using Topological Properties.*

Projetos da área científica em Engenharia Biomédica

- *Cancer Light-Assisted Receeding Onchological Therapies;*
- *Optimization of Image Quality and Dose for Digital Mammography;*
- *Assistive technology as a factor of autonomy, development and learning of children;*
- *DNA Chip for detection of pathogens in water samples;*
- *Monitoring and control of biopharmaceuticals production;*
- *New therapies against Helicobacter pylori;*
- *Development of a vaccine against gastric cancer.*

No seu período de atividade, a Faculdade procurou divulgar os resultados da sua produção científica, através da organização de conferências, nacionais e internacionais, entre as quais se destacam as promovidas através do *Engineering in Medicine & Biology Society* do *IEEE* e do *College International pour la Recherche en Productique (CIRP)*. A Faculdade promovia ainda, nas suas instalações, a realização de colóquios quinzenais, abertos ao público, para os quais a sociedade era convidada, que consubstanciavam debates e discussões sobre temas relacionados com a atividade científica da Faculdade e com a sociedade. A Faculdade desenvolveu, também, múltiplas atividades que visavam levar o conhecimento universitário junto dos alunos do ensino secundário. Exemplo disso, foi o lançamento do *Prémio Engenharia, Inovação e Sustentabilidade*, destinado a alunos do Ensino Secundário, que premiava trabalhos inovadores na área de engenharia. Esta iniciativa pretendia sensibilizar a comunidade académica para a importância da inovação tecnológica e da sustentabilidade na qualidade de vida, de cada cidadão, num contexto mundial. Neste âmbito, a Faculdade acolheu, durante vários anos, o torneio nacional da *First Lego League*, um programa mundial

que impulsiona jovens dos 9 aos 16 anos a desenvolverem soluções robóticas inovadoras para a melhoria da qualidade de vida da população.

#### 4. Prestação de Serviços

Enquadrado na sua missão, a Faculdade tinha como objetivo gerar, difundir e aplicar conhecimento que promovesse uma educação superior nas áreas de Engenharia e contribuísse para a construção de uma sociedade baseada em princípios humanistas, que tivesse o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento social e económico, num quadro de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a Faculdade procurou reforçar a sua capacidade de intervenção na comunidade, através de uma maior ligação ao tecido empresarial e articulação com os organismos públicos. Esta ação foi materializada através da oferta de programas de formação ao nível dos cursos de pós-graduação, como descrito, e através da realização de vários trabalhos de consultoria realizados para empresas e instituições públicas e privadas. Neste âmbito destacam-se os seguintes projetos:

- Projeto Atlas da Habitação: estudo sobre os custos de urbanização, solicitado pelo Instituto Nacional de Habitação (INH);
- Protocolo com Câmara Municipal de Cascais: prestar apoio técnico e científico nas áreas do Ambiente, Construção, Urbanismo, Transportes e Tecnologias de Informação;
- Projeto AMES (Agência Municipal de Energia de Sintra): inventariar consumos de energia e propor soluções técnicas mais eficientes;
- Projeto para a Elaboração do Plano Diretor Regional para o Alentejo;
- Prestação de serviços de consultoria ao Instituto de Medicina Molecular: análise de desempenho e segurança, planeamento estratégico, aconselhamento ao nível dos sistemas de informação;
- Protocolo com a Academia da Força Aérea (AFA): assegurar a lecionação de múltiplas disciplinas nas áreas da Física e da Matemática, nos cursos de licenciatura da AFA;
- Projeto de Diagnóstico aos Sistemas de Informação das Unidades de Saúde Familiar: estudar a capacidade de resposta dos sistemas de informação implementados nas Unidades de Saúde Familiar, Associação Portuguesa de Engenharia da Saúde;
- Projeto para o Desenvolvimento de um Algoritmo de Escalas para a Siemens;

- Desenvolvimento de conteúdos sobre Álgebra para o portal e-Escola;
- Projeto com o Infarmed, Diagnóstico de Satisfação de Clientes;
- Projeto Edifício Académico, ICS;
- Projeto da Unidade de Cuidados Continuados, *campus* de Sintra;
- Projeto Inovação Tecnológica em Saúde, APS.

## 6. Descontinuidade das atividades da Faculdade de Engenharia

### 1. Enquadramento

Como referido, no início dos anos 90, a Universidade decide, perante a necessidade de crescimento e as limitações no *campus* de Lisboa, desenvolver um novo *campus* em Sintra. Neste *campus* perspetivava-se criar um espaço interdisciplinar, no qual seriam oferecidas diversas áreas do saber e que integraria não só espaços escolares e de investigação, mas também residências e espaços de comércio e desporto. O primeiro protocolo celebrado entre a UCP e a Câmara de Sintra previa a instalação de uma Faculdade de Ciências Humanas. Posteriormente, surgiu a possibilidade de o Programa PRODEP cofinanciar a construção de um edifício para a instalação de uma Faculdade de Engenharia e de algumas infraestruturas, o que veio a concretizar-se em 2000. No seu primeiro mandato como Reitor, o Professor Manuel Braga da Cruz relança a ideia de a UCP dispor de um curso de Medicina integrado numa Faculdade de Ciências da Saúde e em articulação com um hospital universitário. Um dos principais objetivos para este *campus* era, pois, o de desenvolver conjuntamente as áreas da Engenharia e da Saúde, numa interligação que era inovadora e, conseqüentemente, diferenciadora no panorama do ensino superior português.

O início da atividade da Faculdade de Engenharia decorre numa envolvente particularmente difícil. Por um lado, a Faculdade localizava-se num *campus* isolado, com infraestruturas insuficientes e difíceis acessos, sem envolvente urbana e com uma rede de transportes muito deficiente, o que tornava difícil atrair e manter a comunidade estudantil. Por outro lado, defrontava-se com a proximidade do IST com cursos em áreas similares e em condições de concorrência manifestamente favoráveis. A Universidade abriu uma Faculdade de Engenharia, com verbas comunitárias, e desenvolveu um projeto inovador na área da Engenharia, pelo que era incompreensível a concorrência desleal que o IST representava. Como exemplos, refere-se o lançamento, no ano imediato, de uma licenciatura em Engenharia Biomédica, o qual foi seguido, um ano depois, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Nos anos subsequentes à abertura, a Faculdade procurou consolidar o projeto académico e diversificar a oferta formativa, com o objetivo de adensar a comunidade académica. Também a Comissão Instaladora do *campus* encetou várias diligências e iniciativas, que visavam desenvolver o *campus*, quer na sua envolvente externa quer na criação de infraestruturas de apoio à comunidade académica, conforme definido no projeto inicial do *campus*.

## 2. Desenvolvimento

Decorridos nove anos desde a abertura da Faculdade, o desenvolvimento do *campus* não se concretiza devido, essencialmente, a fatores externos à Universidade, o que acentuou o isolamento da Faculdade. No conjunto desses fatores inclui-se o aumento da concorrência do ensino público, na sequência da redução de alunos no ensino superior. Nesse período, a angariação de alunos torna-se quase uma missão hercúlea, pelo que a Faculdade, para melhorar a sua sustentabilidade, desenvolver o projeto académico e equipar os seus laboratórios, aposta na prestação de serviços, desenvolvendo diversos projetos para os sectores público e privado, alargando a oferta de cursos de pós-graduação, e aposta em cursos dos 2.º e 3.º ciclos, onde a concorrência do IST era menor. No entanto, a sustentabilidade da Faculdade pouco dependia destas medidas, pois estava condicionada ao desenvolvimento do *campus*. Assim, em junho de 2009, o lançamento da Primeira Pedra da fase 2 do *campus*, resultado do Protocolo com a Novopca, gera um grande entusiasmo na Universidade, pois permitiria desenvolver conjuntamente os projetos da Engenharia e da Saúde, como a Universidade ambicionava. No entanto, era um projeto que iria, pela sua natureza, demorar algum tempo a ser concluído, pelo que, o seu efeito na procura dos cursos não foi imediato. Por outro lado, em 2009, inicia-se uma das piores crises económicas e sociais vividas no País. Em consequência, o processo de candidaturas e matrículas da Faculdade, no ano letivo de 2010/2011, tem um desempenho muito baixo, o qual, associado à fraca execução orçamental de 2009, leva a Direção e a Reitoria a reanalisar a situação da Faculdade.

## 3. Deslocalização para o *campus* de Lisboa

No início do ano letivo de 2010/2011, a fragilidade da situação financeira da Faculdade obrigava a medidas de contenção e a uma análise profunda da situação do *campus* de Sintra e da Faculdade. A primeira medida tomada pela Reitoria foi a de suspender o curso do Mestrado Integrado em Arquitetura, dado o número reduzido de candidatos, e transferir, conseqüentemente, os

alunos do curso para o IST, mediante um Protocolo estabelecido com a Universidade. Perante este cenário, o seu Diretor, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, refletindo sobre as principais causas que contribuiriam para os resultados das candidaturas e matrículas nos diversos cursos da Faculdade, identifica quatro razões: concorrência desleal do sector universitário estatal, crise económica e social, insuficiência do marketing dos ciclos de estudos e a localização da Faculdade de Engenharia. Nesta sua análise, considerava, também, que o desenvolvimento urbanístico do *campus* de Sintra estava bloqueado (na prática) pela CMS, pelo que propôs ao Reitor, em outubro de 2010, que fosse estudada a transferência da Faculdade para o *campus* de Lisboa, bem como a hipótese de os edifícios a construir na área norte desse *campus* poderem acolher a Faculdade de Engenharia<sup>59</sup>, uma vez que a localização era o fator que mais influência tinha sobre o processo de candidaturas e matrículas da Faculdade.

Nesse âmbito, coube à Direção da Faculdade analisar a viabilidade da transferência da Faculdade para Lisboa, cujo estudo envolveu a determinação do número mínimo de alunos de Engenharia que viabilizaria a transferência para o *campus* de Lisboa. Era defendido que a transferência deveria ser efetuada, gradualmente, ao longo de três anos para permitir a construção de instalações próprias destinadas a acomodar todos os ciclos de estudos de Engenharia. O estudo propunha, também, que no ano letivo seguinte, de 2011/2012, o 1.º ano das licenciaturas em Engenharia Biomédica, Engenharia Civil e Engenharia Mecânica funcionasse em Lisboa. A oferta na capital de cursos de 2.º ciclo e de pós-graduações estaria condicionada pela disponibilidade de instalações. O estudo concluiu que o número mínimo necessário de novos alunos para garantir a sustentabilidade mínima, nesses três anos e para o total dos três cursos, seria de 46 alunos em 2012, 58 em 2013 e 75 em 2014. Seria desejável que os números efetivos fossem mais elevados para que o projeto de Engenharia se tornasse sólido. No entanto, a situação económica e social do País aconselhava alguma prudência nas previsões de novos alunos.

No início de 2011, foi constituída uma Comissão destinada a analisar a situação da Faculdade, que foi presidida pelo Reitor e composta, para além do Diretor da Faculdade e da Administradora, pelos Prof. Doutores Manuel Fernandes Thomaz, Carlos Salema, Heitor Pina e Roberto Carneiro. O estudo resultante, elaborado pela Administradora, é apresentado ao Conselho Superior em março de 2011<sup>60</sup>. Esse estudo apresentava três cenários: a continuação em Sintra, com medidas de otimização, a transferência para o *campus* de Lisboa e o

---

<sup>59</sup> Carta do Diretor da Faculdade de Engenharia ao Reitor, de 18.10.2010.

<sup>60</sup> ACS, 25.03.2011.

encerramento da Faculdade. A continuação em Sintra implicaria, entre outras medidas, encerrar alguns cursos e fixar um número mínimo de candidatos. A transferência para Lisboa previa a ocupação de um dos edifícios, a construir na parte norte do *campus*. Tendo em consideração o investimento e os custos associados à deslocalização, o estudo previa atingir o *break-even point* entre 2016 e 2017. Este ponto podia, neste cenário, vir a ser significativamente reduzido, caso se vendesse o edifício da Faculdade em Sintra. O último cenário era o encerramento, mas teria de se ponderar os aspetos não financeiros e os custos não tangíveis.

A Direção da Faculdade decide, em março de 2011, implementar, também, um conjunto de medidas para melhorar a situação financeira da Faculdade, que visava, sobretudo, reduzir os custos de exploração e o abandono escolar, bem como tornar a oferta formativa mais competitiva. O Conselho Científico aprovou, assim, o aumento da carga letiva dos professores com contrato a tempo inteiro ou em dedicação exclusiva e a redução do envolvimento de professores convidados a tempo parcial. Foi aprovada, também, a implementação de medidas que permitiram flexibilizar a progressão académica dos alunos e aproximar as condições de funcionamento dos ciclos de estudos da Faculdade de Engenharia das praticadas pelas Universidades estatais.

Em maio de 2011, o Conselho Superior decide revogar os acordos com a Novopca, por falência desta, e desistir da construção da Unidade de Cuidados Continuados, por dificuldades de financiamento, pelo que se pondera a hipótese de abandonar o *campus* de Sintra e vender o edifício da Faculdade<sup>61</sup>. São, assim, colocados dois novos cenários em relação à Faculdade, transferência para Lisboa, subscrita pelo Reitor, e o encerramento, caso não se conseguisse vender o edifício. É decidido, também, transferir alguns cursos de Mestrado e Pós-Graduação para o *campus* de Lisboa em regime pós-laboral, com o objetivo de melhorar a situação financeira da Faculdade.

Em junho de 2011, a Direção da Faculdade apresentou ao Reitor uma proposta do seu Conselho Científico, que defendia a transferência de todos os cursos para Lisboa a partir do ano letivo seguinte, 2011/2012, e admitia a hipótese de os cursos passarem a funcionar em instalações da Igreja Católica ou em pavilhões pré-fabricados, a construir, até se dispor de instalações definitivas<sup>62</sup>. A proposta não pôde ser desenvolvida, por dificuldade em encontrar e preparar instalações condignas até ao início do ano letivo e, inclusive, pelo

---

<sup>61</sup> ACS, 27.05.2018.

<sup>62</sup> Carta do Diretor da Faculdade ao Reitor, de 30.06.2011.

próprio esforço financeiro exigido, que poderia comprometer a liquidez indispensável à futura transferência da Faculdade para o *campus* de Lisboa<sup>63</sup>.

No ano letivo de 2011/2012, a Reitoria decide, com base na otimização que se impunha fazer, abrir as candidaturas para as licenciaturas em Engenharia Biomédica e Engenharia Civil, condicionando, no entanto, a abertura dos cursos a um número mínimo de candidatos, que viabilizasse a exploração.

O clima de incerteza quanto ao futuro do *campus* de Sintra e da própria Faculdade, a recente suspensão do Mestrado Integrado em Arquitetura e os vários pedidos de transferência de alunos para outras instituições acabam por se refletir num reduzido número de candidaturas. Consequentemente, a Reitoria vê-se obrigada a comunicar a não abertura de novas matrículas nesses cursos. No mesmo comunicado, é garantida a continuidade dos cursos em funcionamento, e informa-se da expectativa da Universidade em oferecer as referidas licenciaturas, no ano letivo seguinte, mas no *campus* de Lisboa<sup>64</sup>. Perante este cenário, é decidido, também, fazer um estudo de mercado, junto de alunos do ensino secundário, para identificar as áreas científicas com melhor acolhimento. Nesse ano letivo, apenas a Pós-Graduação em Urbanismo, coordenada pelo Prof. Doutor Costa Lobo, abre no *campus* de Lisboa.

Em resultado do estudo de mercado produzido é decidido oferecer, no *campus* de Lisboa, em 2012/2013, os cursos de licenciatura em Engenharia Biomédica, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil. Em Lisboa lecionar-se-iam, apenas, o primeiro ano desses cursos, pois impunha-se que o processo de transferência fosse gradual, devido aos condicionalismos ao nível das instalações. A decisão de abertura destas três licenciaturas em Lisboa é tornada pública apenas em abril, o que exigiu redobrado esforço de divulgação, tendo a Reitoria contratado uma reconhecida empresa de marketing para uma maior e mais eficiente divulgação dos cursos atendendo à proximidade das candidaturas. No entanto, a campanha de marketing, um dos aspetos que tinha sido considerado pelo Diretor da Faculdade, em outubro de 2010, como um dos fatores mais influenciadores das candidaturas, acaba por ser implementada demasiado tarde, face ao período de candidaturas, o que não permitiu à empresa contratada terminar o trabalho solicitado.

Nesse ano letivo, registou-se um total de 53 candidatos, assim distribuídos: 30 para Engenharia Biomédica, 19 para Engenharia Mecânica e 4 para Engenharia Civil. Em consequência, o único curso que admitiu alunos foi o de Engenharia Biomédica, que teve 26 alunos matriculados. A Engenharia

---

<sup>63</sup> Carta do Reitor, R/1138/2011.

<sup>64</sup> Comunicado da Reitoria de 22.09.2011.

Mecânica e a Engenharia Civil não abriram, pois não atingiram os 25 candidatos, número mínimo exigido para a sua abertura.

#### 4. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade

Nos finais de 2012, a situação financeira da Faculdade era problemática, em consequência do decrescente número de alunos. Admitia-se, inclusive, que a situação se agravasse no ano seguinte devido à transferência da Escola Superior de Enfermagem para o *campus* de Lisboa, o que obrigaria a Faculdade a suportar todos os custos de funcionamento do edifício do *campus* de Sintra. Um dos princípios orientadores da Universidade é a autossuficiência de cada uma das suas Unidades, pelo que era imperativo encontrar uma solução. Era claro que a estratégia de continuidade da Faculdade passaria pela sua deslocação para Lisboa, no mais breve espaço de tempo, mas eram conhecidas as dificuldades em termos de disponibilidade de instalações no *campus* de Lisboa.

Em resposta ao pedido do Conselho Superior e da solicitação da Reitora, Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria da Glória Garcia, a Direção da Faculdade elaborou um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade<sup>65</sup>, que se propunha contribuir com uma solução para viabilizar o projeto da Engenharia na Universidade. Este Plano tinha como princípios orientadores a diminuição da capacidade, com efeito na redução de cursos, e a identificação de uma solução propícia a uma transição global, no ano letivo seguinte, de toda a estrutura da Faculdade para Lisboa.

Relativamente à oferta de cursos, mantiveram-se os cursos de Engenharia Biomédica e Engenharia Mecânica e foi proposto o enceramento dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Informática, garantindo-se o encaminhamento dos alunos desses cursos para outras instituições de Ensino Superior. Em relação ao curso de Engenharia Industrial, foi admitida a hipótese de continuidade com o apoio da FCEE (Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais), considerando as sinergias entre as duas áreas, ou o progressivo encaminhamento destes alunos para a Engenharia Mecânica. Esta decisão teve em consideração o projeto académico e dados da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) relativos à evolução das candidaturas entre os anos 2009 e 2012.

Em relação à localização da Faculdade, foram analisadas duas alternativas: a instalação de prefabricados no *campus* de Lisboa, destinados a salas de aula, laboratórios e serviços, e a identificação de um espaço em Lisboa, fora do

---

<sup>65</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade, 20.12.2012.

*campus*. A primeira hipótese resultou de uma proposta do Conselho Científico da Faculdade, tendo a Direção apresentado a respetiva proposta à Reitoria. No entanto, admitia-se que, no curto prazo, o *campus* de Lisboa não reunisse condições para acomodar integralmente a Faculdade, pelo que importava encontrar uma solução que permitisse o desenvolvimento pleno das atividades de ensino, investigação e prestação de serviços próprias de uma unidade universitária.

Nesse sentido, a Direção contactou o IAPMEI, entidade gestora do antigo *campus* do INETI, no qual funcionavam os Laboratórios da Faculdade de Ciências e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, bem como de empresas de base tecnológica, como sejam a Hovione e a Bial, e de Instituições, como a ASAE e o Infarmed, que para ali foram transferindo os seus laboratórios, para além do LNEG (sucessor do INETI, com laboratórios em várias áreas científicas das quais se destaca a da Energia). Este espaço correspondia à descrição de um Parque de Ciência e Tecnologia, no qual facilmente se inseriria a Faculdade.

A Direção visitou o *campus* do INETI e pôde verificar que dispunha de instalações com condições para receber a Faculdade. Por outro lado, o responsável do IAPMEI, que recebera a Direção, demonstrou o interesse da instituição em acolher a Faculdade e de encontrar as melhores soluções para a sua instalação. Referiu, inclusive, que o protocolo celebrado entre o INETI e a UCP poderia ser tomado em consideração na fixação dos preços de aluguer ou de condições particulares, como o desconto na renda das despesas com a adaptação do edifício ou a definição de um período de carência.

## **5. Conclusões do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade**

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade fora realizado numa perspetiva de encontrar uma solução que permitisse dar continuidade ao projeto da Engenharia na Universidade. Este plano concluía que a localização da Faculdade, nos anos seguintes, no antigo *campus* do INETI, permitiria alcançar uma situação financeira favorável no curto prazo e reuniria um potencial de colaborações empresariais e com instituições de investigação assinalável a todos os títulos. Na base da defesa de continuidade da Faculdade, estiveram as seguintes considerações:

- o Plano Estratégico da UCP para o quinquénio de 2010–2015, aprovado pelo Conselho Superior, dava prioridade ao desenvolvimento das áreas tecnológicas, reconhecendo a importância crescente destas áreas na

- economia e na sociedade e o papel na preparação de quadros que, no âmbito da sua missão, compete à Universidade Católica;
- a Faculdade de Engenharia dispunha de um projeto académico sólido, coerente e atual, que contemplava as principais áreas para as quais se esperavam desenvolvimentos científicos e tecnológicos, com impacto nos diversos sectores de atividade económica;
  - o corpo docente, embora reduzido nos últimos dois anos, mantinha uma intensa atividade de investigação e de colaboração com instituições de investigação nacionais e internacionais;
  - o ensino praticado na Faculdade era de grande qualidade, como se verificara pelas elogiosas referências das instituições universitárias europeias, que acolhem os seus alunos, seja na preparação das dissertações de mestrado, seja na elaboração das teses de doutoramento, e das empresas que empregam os seus diplomados;
  - a Faculdade de Engenharia sofreu as consequências de se localizar num espaço isolado, de difícil acesso e do facto de o projeto do *campus* de Sintra não ter tido concretização. Aliás, todas as Unidades, que se situaram no *campus* de Sintra, acabaram por se transferir para o *campus* de Lisboa, para desenvolverem as suas atividades;
  - a seleção das três áreas de ensino justifica-se pelo crescente interesse do mercado em quadros qualificados nestes ramos de Engenharia;
  - a possibilidade de uma Escola de Gestão da UCP se associar à Faculdade de Engenharia na oferta dos cursos de Engenharia e, muito particularmente, na Engenharia Industrial, viria a beneficiar significativamente este projeto.

## 6. Desativação da Faculdade de Engenharia

O Conselho Superior, na sua reunião de 18 de janeiro de 2013<sup>66</sup>, decidiu, por maioria, descontinuar os cursos da Faculdade de Engenharia e mandou a Reitoria para a elaboração de um estudo destinado a identificar soluções para manter a investigação na Universidade. A qualidade científica e pedagógica do projeto académico foi realçada, mas os problemas da Faculdade foram considerados estruturais e não conjunturais, pelo que a proposta apresentada pela Direção, no sentido da transferência da Faculdade para o *campus* do INETI em Lisboa, não teve seguimento. Pesava, também, a decisão do Conselho Superior,

<sup>66</sup> ACS, 18.01.2013.

que aprovara, na sua reunião de maio de 2011, o encerramento da Faculdade, caso não se concretizasse a venda do edifício do *campus* de Sintra. A situação financeira da Faculdade era crítica e, de acordo com a Reitoria, estava, inclusive, a colocar em causa a sustentabilidade da própria Universidade. Por outro lado, atendendo à conjuntura económica que se vivia no País, não havia perspetivas de melhoria e dever-se-ia, ainda, ter em conta a concorrência desleal do IST. No entanto, a Reitoria em reconhecimento da relevância da investigação da Faculdade, do grupo de investigadores de grande nível e dos diversos projetos apoiados pela FCT, recomendou, na medida do possível, a sua manutenção na Universidade.

A notícia de que os cursos da Faculdade iriam ser descontinuados foi recebida pela comunidade académica com alguma surpresa e, sobretudo, com sentimento de tristeza, em particular pelos estudantes, que evidenciavam também uma certa indignação. Apesar da preocupação gerada, o processo acaba por ser célere e tranquilo. Destaca-se o comportamento exemplar da generalidade dos estudantes e suas famílias, que compreenderam a situação da Faculdade e acreditaram que a Universidade encontraria soluções para que todos os alunos pudessem prosseguir os seus percursos académicos. E, de facto, assim sucedeu. Em consequência das diligências da Direção da Faculdade e da solidariedade das universidades do CRUP, foram encontradas soluções que permitiram transferir os alunos para instituições, de reconhecido valor, que lhes proporcionaram condições para terminarem os seus cursos.

De um modo geral, os alunos ficaram satisfeitos com as soluções encontradas e com as instituições de acolhimento. Os alunos que escolheram o IST foram inscritos como alunos externos e, na abertura do ano letivo seguinte, puderam entrar mediante concurso. Na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, na qual entrou o maior número de alunos, a abertura foi total, salientando-se a grande compreensão e colaboração do seu Diretor, Prof. Doutor Fernando Santana. Importa destacar que, durante o período de conclusão dos seus estudos nestas Escolas, e mesmo após a sua conclusão, foram múltiplos os testemunhos recebidos, de alunos que recordavam de forma saudosa o período das suas vidas passado na Faculdade de Engenharia. A mensagem era sobretudo de apreço e de reconhecimento por um projeto académico exigente e uma envolvente de ensino, favoráveis ao seu desenvolvimento académico e pessoal.

Em relação aos docentes e funcionários, a Universidade procurou a sua integração em outras unidades da Universidade. Em consequência da disponibilidade e das negociações estalecidas, a maioria acabou por seguir as suas

carreiras fora da Universidade e apenas se encontrou solução interna para um pequeno grupo.

## 7. Conclusão

A Universidade prestou ao País, ao longo dos seus 50 anos, relevantes serviços ao nível do ensino superior e da investigação científica. A sua notoriedade, reconhecida nacional e internacionalmente, começou nas áreas das Humanidades e Ciências Sociais e foi evoluindo para as Ciências da Saúde e Tecnologias. A sociedade contemporânea é fortemente marcada pelo desenvolvimento tecnológico com significativo impacto não só económico, mas também social, a que a Universidade não é alheia. Por isso, ao longo de 28 anos, a Universidade procurou incorporar as Ciências e as Tecnologias, com o objetivo de tornar o seu desenvolvimento mais humanizado. Esta integração é marcada pela sua cultura de excelência e exigência, pela oferta de cursos e abordagens inovadoras e, também, pela formação e vida universitária inspiradas nos valores cristãos.

O seu percurso pelas tecnologias é marcado, sobretudo, pela inovação no desenvolvimento e na qualificação do ensino universitário, como tem sido seu apanágio. Foi pioneira em Portugal no ensino da Biotecnologia e da Engenharia Industrial, bem como no desenvolvimento de cursos como a Engenharia da Saúde, Engenharia Clínica, Ambiente e Urbanismo, Engenharia da Empresa, entre outros. No entanto, ao longo deste período, viu-se obrigada a suspender alguns destes seus projetos.

Os cursos tecnológicos são muito exigentes em termos de recursos e apresentam, tipicamente, exploração deficitária. A Universidade depende de receitas próprias e está sujeita à concorrência desleal da oferta pública, o que torna difícil a sustentabilidade destes projetos, particularmente, em período de recessão económica. Os projetos implementados têm sido muito apreciados, quer por instituições universitárias, agências de avaliação, empresas, quer pela opinião pública. Este reconhecimento e, também, o facto de a Universidade incluir na sua missão o objetivo de prestar um serviço público, justificariam um apoio que lhe permitisse dar continuidade e desenvolver estes projetos inovadores de ensino e de investigação.

Apesar da estratégia inovadora, de várias iniciativas pioneiras e das condições adversas em que a Universidade se foi desenvolvendo, os programas lançados tiveram sempre um cunho de qualidade e exigência, refletido nas elevadas taxas de empregabilidade e no reconhecimento da qualidade dos alunos por parte das empresas e instituições de ensino, nacionais e internacionais.

Para concluir, gostaria de deixar um agradecimento a todos os que de uma forma direta, ou indireta, contribuíram para estes projetos da Universidade e, em particular, aos seus dirigentes, que lançaram e orientaram os projetos, às organizações, empresas e mecenas, cujos contributos foram essenciais à concretização dos muitos dos projetos, aos professores e funcionários, que garantiram a pedagogia e a investigação e, sobretudo, aos alunos e suas famílias, que confiaram a formação à Universidade.